



UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE - UFPG
CENTRO DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES - CFP
UNIDADE ACADÊMICA DE CIÊNCIAS SOCIAIS - UACS
CURSO DE LICENCIATURA EM HISTÓRIA

**A ECONOMIA ALGODOEIRA DE SOUSA-PB NA SEGUNDA METADE
DO SÉCULO XX**

FRANCISCA MARIA DE OLIVEIRA

CAJAZEIRAS - PB

2014

FRANCISCA MARIA DE OLIVEIRA

**A ECONOMIA ALGODOEIRA DE SOUSA-PB NA SEGUNDA METADE
DO SÉCULO XX**

Monografia apresentada à disciplina Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), do Curso de Graduação em História, da Unidade Acadêmica de Ciências Sociais, do Centro de Formação de Professores, da Universidade Federal de Campina Grande, como requisito para a obtenção do título de licenciada em História.

Orientador: Prof. Dr. Francisco Firmino Sales Neto

CAJAZEIRAS/PB

2014

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação - (CIP)
Denize Santos Saraiva Lourenço - Bibliotecária CRB/15-1096
Cajazeiras - Paraíba

O482e Oliveira, Francisca Maria de
A economia algodoeira de Sousa-PB na segunda metade do
século XX. / Francisca Maria de Oliveira. Cajazeiras, 2014.
62 f. : il.
Bibliografia.

Orientador(a): Francisco Firmino Sales Neto.
Monografia (Graduação) - UFCG/CFP

1. Economia algodoeira – Sousa - PB. 2. Cultura do algodão.
3. Desenvolvimento - cultivo do algodão. I. Sales Neto,
Francisco Firmino. II. Título.

UFCG/CFP/BS

CDU –33:633.51(813.3)

**A ECONOMIA ALGODOEIRA DE SOUSA-PB NA SEGUNDA METADE
DO SÉCULO XX**

FRANCISCA MARIA DE OLIVEIRA

Orientador: Prof. Dr. Francisco Firmino Sales Neto

Aprovado em: 17 / 09 / 2014.



Prof. Dr. Francisco Firmino Sales Neto

Orientador



Profª Drª Rosemere Olímpio de Santana

Examinadora



Prof. Ms. Leonardo Bruno Farias

Examinador

Profª Drª Ana Rita Uhle

Suplente

CAJAZEIRAS/PB

2014

Dedico este trabalho a Deus, aos meus pais, meus irmãos, ao meu esposo, as minhas amigas, aos professores do curso de História e a todos que contribuíram de forma direta ou indireta para o meu ingresso e permanência neste Centro Acadêmico, possibilitando minha formação profissional.

AGRADECIMENTOS

À Deus, Pai Onipotente, que me guia, me protege e me dá força para seguir firme rumo aos meus objetivos.

A minha mãe, Francisca Abrantes por, desde cedo, ter me incentivado a estudar, por toda dedicação, pelos conselhos, pelas preocupações e por minha formação como pessoa.

A meu pai, Geraldo Oliveira, por toda a atenção em me ensinar as tarefas de casa, me acompanhar à escola quando criança e por todo amor que me deu.

A minha segunda mãe, tia Luzenilda Abrantes, pelo acolhimento, compreensão, incentivos, carinho e amor.

Aos meus irmãos, pela força que me deram nos momentos difíceis, pelas palavras de incentivo, me fazendo acreditar que eu era capaz de conseguir.

Ao meu esposo, Francisco Dantas, pela paciência e compreensão, por ter me feito acreditar na minha capacidade, me dando força pra continuar sempre.

A todos os professores ao longo de minha vida escolar, obrigada pelos ensinamentos.

Aos meus amigos, que sempre me estimularam a seguir em frente, em especial a Erika Andrade, Jacilene Gomes e Talita de Souza pelo apoio nas horas mais difíceis e pelos momentos felizes que vivemos ao longo da caminhada acadêmica.

A Fabrício de Sousa e Safira Julie por terem me ajudado a entregar os questionários aos sousenses.

Ao professor Francisco Firmino Sales Neto, pela orientação, paciência, dedicação e ajuda para concretização desta etapa.

Aos meus colegas de graduação, que vivenciaram comigo muitas dificuldades ao longo da caminhada acadêmica, mas também me proporcionaram momentos que estão cristalizados na minha memória.

Aos sousenses entrevistados, pelo acolhimento e pela colaboração nas informações necessárias para a elaboração deste trabalho.

Por fim, agradeço a todos que, de forma direta e indireta, contribuíram para a minha formação acadêmica.

*Por vezes sentimos que aquilo que fazemos não é senão
uma gota de água no mar. Mas o mar seria menor ainda
se lhe faltasse uma gota.*

Madre Tereza de Calcutá

RESUMO

Este trabalho analisou a economia algodoeira da cidade de Sousa-PB, baseado nas visões e concepções de autores sobre esta temática. Procurei entender a importância da economia algodoeira para o crescimento e desenvolvimento do país e sua relação com os meios de transportes existentes na época, segunda metade do século XX. O terceiro capítulo apresenta um estudo fundamentado em pesquisa de campo realizado com os sousenses sobre a economia algodoeira da cidade de Sousa na Paraíba e a contribuição desta para o desenvolvimento sócio econômico da cidade.

Palavras-chave: Sousa; Algodão; Desenvolvimento.

ABSTRACT

This work analyzed the cotton economy of the city of Sousa-PB, based on points of views of authors on this thematic. I tried to understand the importance of the cotton economy for the growth and development of the country and its relationship to the means of transport existed at the time, in the second half of the twentieth century.

Keywords: Sousa; Cotton; Development.

LISTA DE IMAGENS

Imagem I – Fachada da Usina André Gadelha & Irmãos / Máquina de extração de óleo do caroço do algodão.....	49
Imagem II – Caminhão carregado de algodão.....	51
Imagem III – Feira livre no centro de Sousa-PB século XX.....	54
Imagem IV – Fachada da Usina Luiz Oliveira.....	56
Imagem V – Maquinário da Usina Luiz Oliveira.....	57
Imagem VI – Interior da Usina / Maquinário da Usina Luiz Oliveira.....	58

LISTA DE SIGLAS

CNAP	Centro Nacional de Pesquisas do Algodão
BNDES	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico Social
EMBRAPA	Empresa Brasileira de Pesquisas Agropecuária
SUDENE	Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste
BNB	Banco do Nordeste do Brasil
PROALMAT	Programa de Incentivo a Cultura do Algodão
FUNDAÇÃO MT	Fundação de Apoio a Pesquisa Agropecuária de Mato Grosso
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
DNOCS	Departamento Nacional de Obras Contra as Secas

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	12
CAPÍTULO I – PRIMÓRDIOS DA ECONOMIA ALGODOEIRA NO BRASIL	15
1.1 SURGIMENTO E EXPANSÃO.....	15
1.2 A ECONOMIA ALGODOEIRA NO NORTE.....	23
1.3 O DESENVOLVIMENTO DA ECONOMIA ALGODOEIRA.....	29
CAPÍTULO II – O ALGODÃO E AS VIAS DE TRANSPORTE.....	33
2.1 OS TROPEIROS: PRIMEIRAS VIAS DE TRANSPORTE DO ALGODÃO.....	33
2.2 FERROVIAS.....	38
2.3 AS RODOVIAS.....	42
CAPÍTULO III –A ECONOMIA ALGODOEIRA DA CIDADE DE SOUSA	45
3.1 PERFIL DOS ENTREVISTADOS.....	46
3.2 O ALGODÃO ENTRE OS SOUSENSES.....	46
CONSIDERAÇÕES FINAIS	60
REFERÊNCIAS	61
ANEXOS.....	64

INTRODUÇÃO

O estudo da história econômica esteve por um longo tempo retraído. Esse declínio se deu a uma série de movimentos mundiais, tais como: a Guerra Fria, a internacionalização do capital, a descolonização, dentre outros (FRAGOSO; FLORENTINO, 1997, p.28). Contudo, com o desenvolvimento industrial e o acelerado processo de desenvolvimento urbano, surgiram no Brasil trabalhos com a vertente historiográfica econômico-social, muitos escritos por economistas. Esses trabalhos serviram para a retomada do interesse de estudos na área econômica, tanto a novos eixos temáticos quanto a novas metodologias. Sendo assim, é interessante observarmos a divisão da História em vários campos que se articulam para a construção histórica.

No século XIX, os historiadores praticamente só prestavam atenção na dimensão política, e assim mesmo em um pequenino traço da dimensão política. Marx e Engels começaram a prestar atenção na dimensão econômica, mas também na dimensão social (BARROS, 2008, p. 183).

A historiografia marxista no interesse pelo campo da produção deixa claro a ligação que se estabelece entre História Econômica, História Social e História Política. Segundo José D'Assunção Barros (2008), “numa sociedade no sistema de produção capitalista todos estabelecem entre si relações que além de sociais, são relações políticas”. Neste sentido, atentamos para a interligação que a História Econômica faz nessa com a História Social e História Política.

Assim sendo, a partir dessa perspectiva historiográfica, o objetivo deste trabalho é analisar a importância da economia algodoeira para o desenvolvimento sócio-econômico da cidade de Sousa.

A cidade de Sousa, no interior da Paraíba, possuiu uma forte ligação com a economia algodoeira, precisamente durante a segunda metade do século XX, período em que o algodão contribuiu fortemente para o desenvolvimento sócio- econômico da chamada “cidade sorriso”.

De acordo com dados publica dos na *Revista Letras do Sertão*¹, o algodão era o produto agrícola de maior destaque na economia sousense. Em época de boa safra, a economia de Sousa registrava altos ganhos com o algodão, o comércio local era bastante movimentado, a população com poder de aquisição comprava e comercializava artigos nas feiras livres bastante famosas na cidade.

É em torno da cotonicultura² sousense que gira a discussão deste trabalho. A temática questiona como a economia algodoeira contribuiu para o desenvolvimento da cidade de Sousa. O trabalho tem como base produções de autores nacionais e regionais que escreveram sobre essa temática. Devido à pequena quantidade de fontes escritas para referenciar o terceiro capítulo, escolhi trabalhar com relatos orais de sousenses que vivenciaram o apogeu do algodão em Sousa.

A história oral é um procedimento que visa colher informações de pessoas que participaram ou vivenciaram determinado acontecimento, sendo este privado ou coletivo, para a construção de fontes documentais destinados ao conhecimento histórico. Sobre isso, Delgado(2006) afirma:

A história oral é um procedimento metodológico que busca, pela construção de fontes e documentos, registrar, através de narrativas induzidas e estimuladas, testemunhos, versões e interpretações sobre a História em suas múltiplas dimensões: factuais, temporais, espaciais, conflituosas, consensuais. Não é, portanto, um compartimento da história vivida, mas, sim, o registro de depoimentos sobre essa história vivida (DELGADO, 2006, p. 15).

A memória é a peça principal do relato. Sobre a memória, Delgado ressalta que “A memória atualiza o tempo passado, tornando-o tempo vivido e pleno de significados no presente.” (DELGADO, 2006, p.16)

Para melhor compreensão do tema, o trabalho foi dividido em três capítulos.

O primeiro capítulo, **Primórdios da economia algodoeira no Brasil**, tratará de um breve apanhado da economia algodoeira no Brasil do seu surgimento, apogeu e crise. Essa

¹ Revista trimestral que circulou em Sousa na segunda metade do Século XX. Escrita por intelectuais da região, notadamente da cidade de Sousa.

² A cultura do algodão.

discussão é feita a partir de diferentes autores que escreveram sobre a cotonicultura em várias regiões brasileiras.

O segundo capítulo, intitulado de **O algodão e suas vias de transportes** vai tratar de como era realizado o transporte do algodão das áreas produtoras até os portos, ainda a partir do ponto de vista de estudiosos do tema.

O terceiro capítulo, **A economia algodoeira de Sousa**, procura analisar a contribuição da economia algodoeira para o desenvolvimento da cidade. Para isto, utilizarei depoimentos de sousenses, um documentário “O País de São Saruê” e revistas da época que noticiaram a temática.

CAPITULO I

PRIMÓRDIOS DA ECONOMIA ALGODOEIRA

O presente capítulo analisará a história da economia algodoeira no Brasil do surgimento até seu desenvolvimento nas regiões de maior destaque. O Brasil é reconhecidamente uma terra rica em solos e condições geográficas das mais favoráveis para a produção agrícola agroexportadora. Desde a época da colonização, quando Caminha cita a célebre frase "em se plantando tudo dá", nossas terras vem se caracterizando como o maior bem econômico da qual nossa sociedade tende a tirar proveito. A agricultura foi e continua sendo uma das atividades de maior rentabilidade para o país e fazendo de nosso país um grande participante do mercado agroexportador. Os produtos explorados pelo agronegócio com maior sucesso foram o café, o açúcar, a soja e o algodão – cujas presenças na economia brasileira é de longo tempo atrás, marcando nossa história sócio econômica. Dentre estes, o algodão possui uma história particular na economia brasileira que se define, sobretudo, com muitos êxitos em termos financeiros. Tal história está intrinsecamente ligada ao desenvolvimento dessa lavoura na região Norte (atual Nordeste) de nosso país e, neste caso, relaciona-se ao desenvolvimento da cotonicultura no sertão paraibano – notadamente na cidade de Sousa.

1.1 SURGIMENTO E EXPANSÃO

A história do algodão no Brasil possui origens desconhecidas até os dias de hoje. Sabe-se que à época da colonização, quando os portugueses aportaram em terras brasileiras, já havia cultivo de algumas espécies pelos nativos – que as utilizavam para tecer e fiar. Inclusive, o algodão era a matéria prima utilizada pelos índios para fazer camas, redes e tecidos, conforme nos mostra a citação:

As camas em que dormem são umas redes de fios de algodão que as índias tecem num tear feito a sua arte, os quais tem nove, dez palmos de comprimento e apanham-nas com uns cordéis que lhe rematam nos cabos,

em que fazem umas azalbas de cada banda por onde as penduram de uma parte e outra (GANDAVO *Oapud* FERNANDES; AMORIM, 1999, p. 31).

A presença desse cultivo pré-colonial pode ser confirmada pela tradição oral que, fiel às raízes indígenas, transmitiu por gerações a lenda de Sacaibu, o grande chefe sábio ao qual o deus Tupã deu a primeira semente de algodão, de onde se teceu cordas que levaram os índios a conhecer civilizações mais avançadas. A lenda faz parte dos mitos de criação dos povos indígenas e, ainda que seja apenas uma curiosidade, deixa-nos a reflexão do quão importante o cultivo dessa planta era para a sociedade indígena antes mesmo da presença dos portugueses no Brasil.

Estes, por sinal, trouxeram espécimes originalmente vindas do Oriente, cujo cultivo foi amalgamado com o cultivo já existente de espécimes nativos. O apoio dos Jesuítas para a produção de algodão em terras coloniais foi essencial para seu florescimento na economia brasileira, enquanto os colonizadores portugueses manifestaram interesses no Pau Brasil, na produção de açúcar e na exploração de outras especiarias. Conforme nos relata Alexandre Bragança Coelho (2002) em sua dissertação *A cultura do algodão e a questão da integração entre preços internos e externos*.

Entretanto, a cana-de-açúcar foi o produto de exportação escolhido, pelos altos preços que o açúcar alcançava na Europa, e durante dois séculos dominou a atividade econômica da colônia. O algodão, ainda pouco utilizado na Europa, dominada pela lã e o linho, era cultivado pelos colonizadores principalmente para consumo interno, estimulado também pela dificuldade de abastecimento regular de tecidos vindos de fora do Brasil (COELHO, 2002, p. 7).

A escolha feita pelos portugueses do cultivo à cana-de-açúcar também se deu pelo conhecimento que estes tinham, pois havia dezenas de anos que, nas ilhas do Atlântico já se produzia a cultura açucareira em grande escala (FURTADO, 1959).

Segundo Furtado, sem esse conhecimento técnico, o cultivo da economia açucareira no Brasil teria sido mais remoto.

Uma mudança importante que incentivou o plantio do algodão ocorreu com a implantação das Capitânicas Hereditárias. Nesse sistema de governo, os territórios da nova colônia foram divididos em lotes de terra – capitânicas – administradas por um representante nomeado pela Coroa portuguesa. Nesse ínterim, a economia de cada capitania seguia os ditames de seus respectivos donatários. Foi assim que, respondendo às necessidades socioeconômicas internas, as capitânicas do Norte – especialmente do Ceará – principiaram a

aumentar o cultivo de espécimes de algodão. À época, o plantio de algodão ainda era feito de forma rudimentar, com ferramentas rudimentares, para saciar um mercado interno cujo interesse era voltado quase que unicamente para uma produção de panos grossos que vestiriam os escravos. Segundo Coelho (2002),

[...] o cultivo de algodão apesar de disseminado em todos os núcleos de povoamento da colônia, restringia-se a pequenas plantações em sua maioria com poucas plantas em volta das habitações. O artesanato têxtil era, em geral, um trabalho para mulheres, índias, escravas ou as camadas pobres da população. O algodão possuía assim todas as características de um produto de subsistência como o milho e a mandioca (COELHO, 2002, p. 7).

É importante ressaltar que, nesta época, a Coroa Portuguesa limitava qualquer avanço produtivo no Brasil, visando impedir uma possível concorrência com os produtos portugueses, como também prevenindo a independência econômica da colônia.

A produção de algodão emparelhava-se, portanto, com a crescente vinda de escravos das terras africanas, por ser um produto mais rentável e que atendia às expectativas do mercado interno. Junior informa que, na Capitania de Pernambuco, registrava-se proprietários com 600 a 700 escravos. Assim sendo, deve-se a esse exigente sistema escravocrata brasileiro o principal impulso na criação de algodão, em uma época em que o Brasil ainda principiava a se constituir economicamente e socialmente, dentro dos limites da colonização portuguesa. Costa e Bueno (2004, p.22) apontam que: “[...] devido à boa adaptação e à fácil produção dessa planta em solo brasileiro, chegou-se a exportar algodão para Portugal, ainda nesses primeiros séculos de pacto colonial”.

A ventura da produção de algodão no Brasil viria a cair, porém, nos períodos seguintes, com a presença holandesa no Brasil. Como sabemos, os holandeses, bem como os franceses, lançaram-se ao mar tardiamente em relação aos portugueses e espanhóis. Quando aqueles principiaram a aventurar-se em busca de colônias, boa parte do Novo Mundo já se encontrava dividido entre estes, que se configuravam como as maiores potências das Grandes Navegações. Porém, a mentalidade mercantilista da época se baseava, entre outras ações, no acúmulo de lucros através da extração de minerais preciosos e do fornecimento de matéria prima por parte de colônias. Assim sendo, era essencial que cada Nação possuísse colônias próprias para enriquecê-los e, quanto mais fossem as colônias dominadas, mais haveria riquezas para a metrópole dominante.

Como faltavam terras a serem descobertas pelos Estados Nacionais que se lançaram posteriormente nas Grandes navegações, restou-os ingressar na pirataria, como a Grã-

Bretanha, ou invadir terras onde a colonização não havia se definido formalmente. A guerra promovida entre Holanda e Espanha tem como uma das razões o controle do açúcar no Brasil (FURTADO, 1959).

O que interessa-nos a respeito do sucesso da invasão holandesa é, pois, sua interferência na economia colonial brasileira. Com o estabelecimento da presença holandesa, grande parte da economia da colônia sofreu mudanças drásticas, tanto no que diz respeito à produção açucareira – principal produto rentável para a metrópole portuguesa nos anos 1600 – quanto nas demais lavouras. A Restauração (processo de expulsão dos holandeses) deixou como consequência uma crise financeira devastadora, fruto da divisão da exportação do açúcar com o mercado holandês na nova colônia: as Antilhas. Segundo Celso Furtado (1959), o tempo que os holandeses passaram no Brasil foi suficiente para estes adquirirem o conhecimento de todos os aspectos técnicos e organizacionais da indústria açucareira, e assim implantarem indústria concorrente de grande escala na região do Caribe.

Ao perder a hegemonia do comércio açucareiro, a colônia brasileira enfrentou profundas dificuldades que repercutiram no enfraquecimento da produção agroexportadora, incluindo o algodão.

De fato, por mais difíceis que tenham sido os anos pós-invasão holandesa para a Coroa portuguesa e para a sociedade colonial brasileira, pode-se dizer que as dificuldades enfrentadas abriram caminho, paulatinamente, para o desenvolvimento de lavouras que, com a produção açucareira, eram apenas suporte econômico, dentre as quais está o algodão. Nesse ínterim, o Maranhão desenvolveu-se como uma forte potência algodoeira, como nos mostra a citação a seguir:

Com a saída dos holandeses, começou o trabalho de recuperação da economia, e os engenhos e as lavouras recobram ímpeto. No Maranhão, rapidamente desenvolveu-se a cultura do algodão, que logo se tornou o principal produto de exportação da capitania (COSTA; BUENO, 2004, p.16).

Com isso, a situação desse tipo de lavoura no Brasil voltaria a ser favorecedora no século XVIII. Com a Revolução Industrial e as novas tecnologias da indústria têxtil, o algodão teve sua importância elevada como produto. Segundo Alexandre Bragança Coelho,

A chamada Revolução Industrial ocorrida na Inglaterra no século XVIII deteve-se basicamente na indústria têxtil. A partir de 1730, várias inovações tecnológicas transformaram os rotineiros e tradicionais processos de fabricação em uso na manufatura de lã e introduziram o algodão como

matéria-prima essencial na nova indústria que surgia. Dessa forma, a importação de algodão cresceu de forma exponencial a partir de 1730, estimulando a produção em vários locais do planeta (COELHO, 2002, p. 9).

O Brasil, pouco a pouco, foi tomando conta do mercado de exportação algodoeira, emparelhando-se com a produção inglesa (que possuía as Treze Colônias americanas como principal fonte de matéria prima) e avançando cada vez mais nessa atividade comercial.

É curioso notar que o algodão tornou-se um produto de maior importância comercial depois de longo tempo. A planta não era apenas cultivada pelos índios no Brasil, mas também pelos chineses, 3 mil anos a.C., fora introduzido na Grécia, e transportado por árabes às regiões ibéricas. Com sua história antiga, a validade do algodão era demasiadamente superestimada, sendo considerado um produto de luxo. Dessa forma, tecidos como o linho e a lã possuíam maior demanda, em detrimento do algodão. Em, 1801, segundo apontam Costa e Bueno (2004), o consumo de algodão representava apenas 4% dentre todos os tecidos; um século depois, as estatísticas indicam o drástico aumento do consumo para 74%, sendo o restante da proporção preenchido por 20% de consumo de lã e 6% de linho.

Essa produção foi favorecida por acontecimentos históricos como a situação tensa que se estabeleceu entre a Inglaterra e as Trezes Colônias. Enquanto lutava-se, no norte da América, pela independência da metrópole inglesa, uma das medidas acionadas para desestabilizar a dependência fora o corte das relações comerciais estabelecidas entre metrópole e colônia. Coelho afirma que:

[...] Os Estados Unidos eram o principal fornecedor de algodão para as indústrias européias, pois dos 990 milhões de quilos consumidos em 1861 pelas fábricas européias, 750 milhões haviam sido importados daquele país. Com a guerra civil, a Europa e especialmente sua principal potência industrial, a Inglaterra, viu-se em pouco tempo privada de seu principal fornecedor e o preço do algodão disparou [...] Este foi o sinal para que vários países incrementassem sua produção de algodão, inclusive o Brasil (COELHO, 2002. p. 11).

Com tal rompimento, o Brasil passou a tomar o lugar de principal exportador de algodão para a indústria inglesa que, com a Revolução Industrial e o advento das máquinas de tear que injetaram novas tecnologias na produção de tecidos, possuía grande necessidade dessa matéria prima. O Brasil estabelecia-se, assim, como um fornecedor competitivo e ganhava cada vez mais espaço na economia mundial da época.

Este período é considerado um *boom* da economia algodoeira, ou ciclo secundário do algodão, devido à expansão do plantio que se deu após todo o estímulo nesse produto e o

crescimento de sua importância. A região de maior florescimento dessa economia algodoeira continuou sendo, por um longo tempo, a então região Norte (atual Nordeste). Porém, com a expansão desse plantio, o algodão migrou para outras regiões, onde se desenvolveu com próspero sucesso: é o caso de São Paulo, Minas Gerais e Paraná. Somado a isso, principiaram a instalação de indústrias têxteis, em meados do século XIX: começaram como meio de se industrializar a produção de algodão advinda do Norte; depois, com a boa-aventurança da exportação do café no Rio de Janeiro e em São Paulo, a indústria têxtil recebeu investimentos que objetivavam uma produção destinada ao mercado interno. Sendo assim, pode-se dizer que a economia cafeeira tornou-se base para o desenvolvimento industrial brasileiro, incluindo a indústria têxtil, que possuía no Norte sua principal fonte de produto agrícola (CANO, 1990 p. 94).

De acordo com Henry Koster (1930, p.144):

[...] a fonte de melhor algodão brasileiro nos anos 1800 ainda era o Nordeste, principalmente Pernambuco e Ceará, e, em seguida, o algodão plantado na Bahia e Maranhão. Porém, com a disseminação dessa lavoura, estados do Sudeste e do Sul passaram também a registrar bons lucros na cotonicultura.

Na metade do século XIX, a exemplo, a produção dos Estados Unidos era exportada para a Inglaterra na proporção de 714.440 fardos de algodão americano para 66.223 fardos brasileiros. A hegemonia ainda era americana. Contudo, não tão consolidada assim, tendo em vista a quantidade de fardos brasileiros fornecidos. Com a queda na produção de algodão americana, o Brasil passou a fornecer 118.765 fardos para 40.417 americanos, ultrapassando seu rival no fornecimento e dominando o mercado mundial (COSTA; BUENO, 2004). A Inglaterra, consolidada como principal consumidora do produto nesse ínterim, ajudara com o fomento da produção algodoeira no Brasil, buscando ainda livrar-se do consumo do produto de sua ex-colônia. A animosidade entre tais países, obviamente, favorecera a produção brasileira.

Na primeira metade do século XX, o Brasil sofria com a baixa econômica vivida pelo principal produto de exportação na época: o café. Sabe-se que a economia cafeeira representou, durante longo tempo, após a economia açucareira e de extrativismo mineral, a principal atividade econômica brasileira. O café permitiu ao Brasil desenvolver muitas áreas além da própria agricultura, estimulando também a industrialização e outras lavouras (como o algodão, inclusive)

Com a crise de 1929, e a superprodução desse produto no Brasil, estabeleceu-se uma profunda crise no mercado de café. O Brasil produzia em excesso, e o consumo europeu diminuía gradativamente. (FURTADO, 1959). Existia, portanto, uma estrutura desequilibrada entre oferta e procura. São Paulo, maior produtor de café brasileiro, sofreu um grande baque em suas relações econômicas. Porém, por mais que a situação da economia brasileira estivesse encarando graves problemas, foi nesse ínterim que, mais uma vez, houve estímulo na produção de algodão: com a dificuldade na exportação do café, o algodão voltou a ser um produto de grande lucratividade para o Brasil. As tecnologias instauradas e a indústria têxtil que se beneficiara do período de prosperidade cafeeira fizeram do Estado de São Paulo o novo líder na cotonicultura, ultrapassando até mesmo a prosperidade dos produtores veteranos do Nordeste, como Maranhão e Ceará.

Em termos estatísticos, a produção brasileira de algodão alcançava um total nacional de 2.110 milhões de toneladas de algodão – um número que transformava o Brasil, em meados dos anos 1900, no 5º maior produto mundial de algodão do mundo. Integrava essa quantia a produção de São Paulo que, em 1970 alcançava 531 mil toneladas de algodão, para 521 mil toneladas provenientes do Estado do Paraná e 33 mil toneladas do Ceará. (COSTA; BUENO, 2004). A hegemonia nordestina sofrera um baque com o sucesso do algodão no Sudeste. Ainda assim, nenhum outro estado brasileiro chegou a atingir a prosperidade adquirida pelos paulistas no cultivo de algodão. A boa colocação do Brasil como exportador de algodão rendeu elogios do Centro Nacional de Pesquisas do algodão (CNAP) que, em 1982, afirmou que:

O algodão no Brasil é a cultura de maior significação social, porque dela resulta a ocupação direta e indireta de um enorme contingente de mão de obra, no campo e nas cidades. É também a cultura que mais gera divisas internas para mobilizar diversos setores da economia do país. Ocupa área superior a 3 milhões de hectares e está entre os cinco produtos de maior importância econômica (COSTA; BUENO, 2004, p. 21).

Conforme assinalado pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico Social (BNDES) (1997), o modelo cotonicultor caracterizado por produção em pequenas propriedades e colheita manual associado ao modelo de pagamento pelas “algodoeiras” é um fator que compromete a qualidade da fibra do algodão brasileiro.

Dentre os motivos que podem ser apontados para a mudança de eixo de produção da cotonicultura, pode-se apresentar como principal fator, justamente, a industrialização acentuada no Sul e no Sudeste do país - beneficiadora da produção têxtil que se servia do

algodão como matéria prima. Dessa forma, não é sem motivo que a hegemonia de São Paulo se estabeleceu quanto à exportação do algodão: o Estado fora o que mais se beneficiara com o ciclo do café e era, desde então, o principal pólo de uma indústria que, embora ainda crescente, já apresentava resultados positivos para o desenvolvimento econômico do país.

Somente a partir dos anos 1980 é que a indústria têxtil passou a redistribuir-se regionalmente no território brasileiro. A essa época, a abertura do mercado ao capital estrangeiro e a industrialização já haviam transformado a economia brasileira e a tecnologia não era mais um privilégio apenas do Sul-Sudeste de nosso país. Assim, implementou-se um programa de recuperação da indústria têxtil nordestina, que passou a aumentar gradativamente sua participação. Segundo a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária(Embrapa)(2005),

No início da década de 1980, cerca de 11,5% da população do semi-árido do Nordeste estavam envolvidas diretamente no cultivo do algodão, que absorvia fundamentalmente pequenos e médios produtores e se constituía em fonte relevante de trabalho.

Na década de 80, a produção de algodão no Brasil, que até então vem se caracterizando historicamente como uma produção de altos e baixos, sofre mais uma grave crise com o aparecimento da praga conhecida como "bicudo".

O bicudo algodoeiro é uma espécie de besouro de coloração cinzenta - ferruginosa, originário da América do Norte e encontrado em países como nos EUA, México, América Central, Cuba, Haiti, Venezuela, Colômbia, Argentina, Paraguai e Brasil. Em nossos territórios, tal inseto foi detectado pela primeira vez em fevereiro de 1983, próximo à região de Campinas, no Estado de São Paulo, onde provocou uma extensa devastação dos algodoeiros que se estendeu até os territórios nordestinos, culminando na referida crise da cotonicultura, conforme nos relata a Embrapa na citação a seguir:

A Embrapa (2005) salienta que a redução da área em meados da década de 1980 ocorreu principalmente em decorrência da praga do bicudo, que requereu manejo incompatível com o perfil da produção local a exemplo de erradicação³, substituição varietal⁴ e rezoneamento⁵ das áreas propícias.

Consta-se que, de 1981 para 1993 houve uma redução drástica na produção de algodão, de um milhão de toneladas para 420 toneladas. Além disso, reduziram-se também as áreas

³ Eliminar, provocar o desaparecimento, fazer com que acabe completamente, destruir na totalidade.

⁴Substituição de uma única variedade.

⁵ Usado para identificar e separar zonas onde os terrenos são mais propícios para o cultivo de diferentes recursos.

plantadas, principalmente no Nordeste. O Brasil, que gozava de uma boa posição entre o *ranking* de melhores exportadores do produto no mercado mundial, passou a ser apenas o sétimo em produção de algodão – tendo a China como líder, com uma produção de 4.341 toneladas de algodão para 526 mil toneladas brasileiras. (COSTA; BUENO, 2004)

Outra consequência da crise algodoeira foi uma nova mudança no eixo de plantação que passou do Nordeste e Sudeste para o Centro-Oeste brasileiro. Com o apoio do governo e um clima e topografia favoráveis, os estados de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul principiaram com sucesso gradativo a produção de algodão. Em seguida, expandiu-se para Goiás, Bahia, Minas Gerais e Maranhão que recuperavam suas respectivas produções e, por fim, Tocantins ingressava nessa atividade agrária e industrial.

Assim, retomou-se mais uma vez a boa produção algodoeira em nosso país: a safra dos anos 90 apresentam uma produção próspera que, nos anos seguintes, voltam a consolidar-se. Segundo Costa e Bueno (2004), a exportação recuperou-se definitivamente nos primeiros anos do novo milênio, com uma produção de pouco mais de um milhão de toneladas, com exportação de 440 mil toneladas para o mercado exterior. O Brasil recuperou-se das devastadoras pragas algodoeiras e retomou seu lugar como um dos principais países cotonicultores do mundo, sendo considerado o 3º maior produtor de algodão mundial.

Fica claro, então, que o cultivo desse produto possui uma grande importância econômica para nosso país. É, pois, um dos dez produtos de maior importância para a economia brasileira. Tendo se industrializado tardiamente, o Brasil pôde encontrar na agropecuária e na agroindústria a maior fonte de aproveitamento de suas riquezas territoriais. Com a apresentação da história algodoeira no Brasil, apresentamos como esse produto possui uma produção conturbada em relação ao seu cultivo em terras brasileiras. Esperamos ter demonstrado, também, o valor que o algodão possuiu – e que ainda possui – para nossa sociedade e nossa economia.

1.2 A ECONOMIA ALGODOEIRA NO NORTE

Desde a época colonial, quando o território era dividido em capitânicas, observou-se que havia cultivo de algodão em abundância, e que a planta adequava-se às condições geográficas presentes na área (RIBEIROJUNIOR, 1981). Seguindo os dados fornecidos pela Embrapa em

relação ao cultivo do algodão, pode-se perceber por qual motivo o Nordeste apresenta bom cultivo algodoeiro.

O clima semi árido do Nordeste era oportuno para o cultivo dessa cultura. O que explica sua rápida propagação e os bons resultados apresentados pelas lavouras do algodão desde os primeiros séculos do Brasil como Colônia. Pouco a pouco, esse cultivo foi ganhando espaço na dinâmica de exportação brasileira, e o algodão passou a ser um produto de maior valia, atendendo não apenas ao mercado interno, mas levando o Brasil ao mercado mundial.

Juntamente ao crescimento desse cultivo, houve um desenvolvimento da própria região que hoje corresponde à região Nordeste. Devemos recordar que a política de colonização utilizada pelos portugueses para povoar o Brasil correspondia à exploração e extração das matérias primas existentes no território da Colônia e interessantes à Metrópole; logo, pouco ou quase nenhum esforço foi feito para povoar as regiões além da costa brasileira (FURTADO, 1959). O povoamento dessas regiões mais afastadas do litoral dependeram do estímulo a outras atividades econômicas, como a pecuária no Sul, as drogas do Sertão⁶ no Centro-Oeste e, no Nordeste, o açúcar e o algodão.

Os primeiros algodoeiros do então Norte focaram suas lavouras no Maranhão. O sucesso desse cultivo viria com a Companhia de Comércio do Grão Pará e Maranhão, fundada em 1755 pelo Marquês de Pombal, como meio de incentivo à própria cotonicultura, cujos resultados se mostravam favoráveis para colônia e metrópole. A ação dessa companhia trouxe auxílios para a produção interna e também para as relações comerciais entre a colônia e a Coroa Portuguesa.

Outro fator que favoreceu o algodão maranhense foi a queda de produtividade do algodão dos Estados Unidos, que, com a disputa pela independência, paralisou o fornecimento para a indústria têxtil inglesa, principal compradora no mercado mundial. Com isso, o Brasil passara a se tornar a principal fonte de matéria prima das indústrias têxteis inglesas que, desde a Revolução Industrial demandavam altíssimas quantias de algodão para a criação de tecidos. Nesse ínterim, o Brasil superava pela primeira vez a produção do país rival, estabelecendo-se como o principal fornecedor deste produto: vitória significativa para a cotonicultura brasileira.

Como seria natural, os bons resultados no cultivo de algodão levaram essa cultura a se espalhar para além do Maranhão a esse respeito, Takeya 1985 p. 33relata que:

⁶ Produtos extraídos da floresta amazônica nos séculos XVII e XVIII, como o cacau, o gengibre, o óleo de copaíba, a salsaparrilha e a baunilha, entre outros.

No Maranhão a cultura se estendeu e a produção se organizou no semi-árido do Nordeste, tornando os Estados da Bahia, Ceará, Paraíba, Pernambuco e Rio Grande do Norte grandes produtores, onde eram cultivados principalmente o algodão arbóreo⁷, especialmente o mocó⁸ na região climática do Seridó do RN e da PB.

Quando, no século XVIII, o restante das regiões da colônia passavam por dificuldades financeiras, e a capitania maranhense fora a única a não afetar-se pela crise econômica. A partir de então, ficou claro para a metrópole que o algodão era um produto rentável e que não se podia perder esse lucro.

Em 1890, com o crescimento da indústria têxtil no Brasil, a produtividade do algodão continuou em crescimento nos estados nordestinos. Para se ter uma idéia, a produção excedia de 10% a 20% da exportação. Em questões territoriais, o Brasil chegou a ter 1.723,2 mil hectares de algodão plantados entre o final dos anos 1900. Isso representava em torno 844,5 kg/ha de algodão em caroço, com produção total de 522,5 mil toneladas de algodão em pluma (BRASIL, 1974). Tais estatísticas permitem-nos definir, sem reservas, o algodão como o produto de maior importância comercial para o nordeste brasileiro.

Takeya (1985) afirma que:

Somente a partir de 1890, com o crescimento e consolidação da indústria têxtil no Brasil, é que a produção nacional se torna firme e crescente, com o algodão assumindo a condição de principal cultura agrícola dos estados nordestinos (TAKEYA, 1985, p. 25).

E assim, o algodão deu um impulso na economia do país, pois sua fibra era usada para a produção de tecidos finos.

Ainda assim, por maior relevância que tal produto tivesse nos índices de exportação brasileira, o cultivo do algodão ainda era feito por uma agricultura familiar, de escala pequena e, sobretudo, de tecnologia inferior às até então disponíveis em nível mundial. Pouco se havia evoluído, desde o plantio no Brasil colônia, em termos de tecnologia agrária para esse produto que levava o Nordeste e o Brasil a lucros certos na economia mundial.

Ademais, o sucesso do algodão trouxe transformações importantes para a sociedade nordestina. Se no início a cotonicultura ajudou no povoamento e no desenvolvimento das

⁷ Tipo de algodoieiro de porte maior produz economicamente durante cinco ou seis anos.

⁸ Espécie de algodão.

capitanias do Nordeste, com os primeiros *booms* de exportação do algodão e a consolidação do Brasil como fornecedor mundial dessa matéria prima, a região passou a ganhar mais destaque perante às principais cidades brasileiras, como Rio de Janeiro e São Paulo. A hegemonia dos grandes cultivadores passava a ser ameaçada pelo poderio do pequeno latifundiário do interior.

Ainda nas questões socioeconômicas, é mais do que necessário dizer que durante os séculos de desenvolvimento da produção de algodão, esta representou uma importante fonte geradora de emprego e de matéria prima para o próprio consumo interno. Esse lado positivo favoreceu não somente a região, como também todo o país (KOURI; SANTOS). Entretanto, o lado negativo desse contexto foi a exploração do trabalho a partir do campesinato. Diferente dos escravos, que eram explorados como propriedade de seus donos, a cotonicultura modificou fortemente as relação entre empregador e empregado no meio rural nordestino. Este último, embora gozasse de liberdade, estava preso à terra que pertencia ao latifundiário. Tal sistema ficou conhecido posteriormente como *cambão*, nome que se dá à ferramenta de madeira utilizada para prender bois e ovelhas, para que estes não se afastem de um grupo ou para que puxem algum meio de transporte – a metáfora é auto elucidativa.

Segundo Guedes (2006, p.35), o sistema escravista não apresentava vantagens para as lavouras algodoeiras por estas serem de ciclo vegetativo curto como também pelo alto custo do escravo, motivos que levaram os senhores a aderirem ao campesinato. Com o início da prosperidade nas lavouras algodoeiras não era raro que os grandes latifundiários nordestinos concedessem empréstimos às famílias agricultoras. Dessa forma, as dívidas e os juros gerados dessa desleal transação financeira serviam de "cambão" para os pequenos produtores que, impossibilitados de pagar, eram obrigados a ceder suas propriedades como forma de saldar as dívidas.

À medida que o êxito no cultivo do algodão foi se tornando mais importante para a economia nordestina e brasileira, mais esferas socioeconômicas passavam a se envolver nas intrincadas relações estabelecidas pelo comércio algodoeiro. Uma situação favorável que a cotonicultura havia trazido para a economia nordestina foi um dos grandes impulsionadores do desenvolvimento dessa região, essa por sua vez, passa trazendo tanto problemas quanto recursos para essa parte do país.

Até os anos de 1970 a situação da cotonicultura brasileira era tão favorável que foi iniciado o investimento de forma mais acentuada na produção dessa matéria prima. Com a expansão industrial vivida pelo Brasil, o Nordeste foi atingido por uma injeção de tecnologia agroindustrial, incentivada pelo governo brasileiro, que passou a substituir os esquemas de

produção familiar e a tecnologia rudimentar utilizada no cultivo da espécie. Com a parceria da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) e pelo Banco do Nordeste do Brasil S. A. (BNB), a produção de algodão evoluiu em técnica e cultivo e também em lucro, corroborando o ápice de sua ventura comercial.

Os anos de 1980, foram palco de vários fatores que inviabilizaram o êxito da cultura algodoeira na região, dentre os quais está a praga do bicudo. Segundo Costa e Bueno (2004), esse besouro vindo da América do Norte até as lavouras locais foi responsável pela rápida devastação de lavouras em todo o Nordeste. A praga causou prejuízos inestimáveis que fariam ecos na produção algodoeira nordestina até a o início dos anos 2000. O ataque às lavouras e a incapacidade de se controlar tal inseto revelou que o sistema cotonicultor brasileiro, embora gozasse, à época, de investimentos e maquinaria, possuía ainda pouca dinâmica empresarial: os agricultores dependiam das usinas, que apenas controlavam as lavouras. A produção ficava a esmo, e, por isso, os danos causados pelo bicudo foram tão profundos e causaram tantos prejuízos.

A batalha contra esta praga levou a atividade agroexportadora de algodão aos seus piores anos, a ponto do Governo Federal precisar liberar a importação de algodão para a indústria têxtil brasileira. O Brasil, que dominava o mercado agroexportador de algodão, com o golpe drástico recebido, passou a ter de consumir o produto do exterior. Segundo Costa e Bueno (2004) “essa postura do governo criou uma situação desfavorável para a fibra brasileira, causando: redução da produção; aumento das importações e redução da área plantada”

Entrementes, as entidades estatais responsáveis pelo algodão foram pouco a pouco caindo em declínio, e o desemprego tornou-se uma realidade numericamente muito maior na área rural e nas cidades do entorno, afinal não havia mais lavoura onde se trabalhar.

O processo que se seguiu a condição em que decaiu a cotonicultura foi o de reavaliação. O Governo Federal e órgãos de investimento e pesquisa passaram a estudar a situação do algodão no clima e na geografia nordestina, analisando o cultivo dessa cultura e as relações econômicas que dela se serviam. Essa preocupação com o algodão como cultura foi marcada por uma visão mais científica, da qual dispunha de toda a tecnologia existente na agroindústria em benefício de uma retomada da cultura algodoeira. Buscava-se, também, estudar a situação do produto e dos produtores em relação ao mercado mundial, para que se pudesse colocar o Brasil numa posição mais competitiva com o possível retorno da exportação de algodão. Com a implantação do Plano Real a economia conhece ares de recuperação, como nos mostra Coelho (2002) na citação a seguir:

Em 1994, com o lançamento do Plano Real, a produção nacional sofreu ligeira recuperação com o aumento da demanda de bens causado pela diminuição da inflação e pela recuperação de renda real das camadas mais baixa da população (COELHO, 2002, p. 25).

A retomada aconteceria com o início do milênio, após anos de estudos científicos e análises da cultura. Com ela, a produção de algodão migrava para o cerrado brasileiro – para os estados do Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e Bahia – que apresentava condições adequadas ao plantio (COSTA; BUENO, 2004). A partir de então, a cotonicultura passou a uma atividade controlada tecnologicamente, com recursos elevados, produzindo, dessa forma, um dos melhores algodões disponíveis no mercado mundial até os dias atuais. Segundo Coelho (2002):

Nestes estados, a cotonicultura que se desenvolve é bastante semelhante aquela realizada nos Estados Unidos baseada em grandes propriedades e no uso intensivo de máquinas e tecnologia, ela difere completamente da tradicional cultura de algodão realizada em São Paulo e no Paraná (COELHO, 2002, p. 27)

Estatisticamente, a nova fronteira de cotonicultura no Centro-Oeste brasileiro passou a representar 85% de toda produção de algodão do país. As demais regiões produtoras, entre elas incluindo o Nordeste, representavam o restante, uma pequena fatia de fornecimento da cultura. A região do Nordeste, também em recuperação agroexportadora, apesar dos esforços, possuía apenas 75 mil hectares de algodão plantados, e 71 mil toneladas de algodão em caroço na safra de 2004/2005 – uma parcela moderada, se comparada às antigas (COSTA; BUENO, 2004, p. 23).

Esses números, embora modestos, apontam para uma lenta recuperação da sociedade e da economia Nordestina. O retorno à lavoura provocou um crescimento na oferta de empregos: a estimativa era de um trabalhador empregado a cada 3 hectares plantados na região. Embora não seja uma situação ideal, essa oferta representou uma redenção à quantidade de empregos perdidos no final dos anos 90, com a crise algodoeira.

Por fim, vale ressaltar que a perda da hegemonia na produção algodoeira para região central permitiu que a indústria têxtil ocupasse o lugar do algodão como atividade pródiga. Ao invés de produzir, o Nordeste se redefiniu como um dos maiores consumidores de algodão voltado para a produção de tecidos. Segundo Coelho (2002) “Foram a praga do bicudo e os

períodos de seca no Nordeste os responsáveis pela diminuição da produção em cerca de 60% na década”

Como se pode ver, apesar da perda da hegemonia, em termos macroeconômicos, o Nordeste e as regiões brasileiras que legaram a produção de algodão têm se complementado harmoniosamente, trazendo benefícios importantes para o nosso país. Ainda assim, o Nordeste merece um apoio maior à sua produção algodoeira que, timidamente, ainda vem se retratando no mercado, tendo em vista que o local sempre foi bastante adequado à cultura e, acima de tudo, a região possui longa experiência nesse tipo de cultivo.

1.3 O DESENVOLVIMENTO DA ECONOMIA ALGODOEIRA

As atividades agropecuárias sempre contribuíram significativamente para a economia brasileira. Por conta da estrutura do nosso país, cujo clima tropical e a abundância de solo e água tornam propícios o cultivo agrário, desde os primeiros momentos da nossa história a agricultura serviu de base para o desenvolvimento social e econômico. Segundo Celso Furtado (1959), foi o êxito da agricultura que deu continuidade a presença dos portugueses nas terras americanas. Para confirmar tal asserção basta lembrar que as principais fases de nosso país são fundamentadas de acordo com o referencial econômico: tivemos a fase do pau-brasil, que corresponde aos primeiros anos da colonização; a fase do açúcar, período de expansão social e econômica; a fase do ouro, em que Minas Gerais ganhou grande destaque; a fase do café, importante período de crescimento e comércio internacional; entre outros períodos que marcaram as relações socioeconômicas brasileiras.

Da mesma forma, a cotonicultura representa um importante produto agrário de nosso país, correspondendo, também, a um produto que marcou certo desenvolvimento econômico e trouxe melhorias no nível social, principalmente para os estados nordestinos, desde o Brasil colônia até os tempos atuais. Na época imperial, durante os anos de 1820 em diante, o algodão era um produto tão economicamente bem-sucedido que suas vendas apenas ficavam atrás, em números, das vendas do açúcar. Cultivado por pequenos lavradores em conjunto com culturas voltadas para consumo doméstico, o algodão possuía resistência contra o clima seco e árido, o que o levou a adaptar-se à região Nordeste com bastante eficiência. Até a ameaça paulista – que passou a produzir e desbancar o algodão nordestino – e a praga do bicudo – que devastou

os algodoeiros nordestinos – esse produto foi essencial para o desenvolvimento da região Nordeste e seu ingresso na economia brasileira e também na economia mundial. Segundo Guedes (2006),

Na Parahyba do Norte, durante toda a Primeira República, o algodão constituiu a principal fonte de renda do estado [...], e foi o maior responsável pelo restabelecimento de suas finanças. Ainda que submetida a processos rotineiros e precários de plantio e colheita, a lavoura algodoeira se expandiu extensivamente pela Parahyba desde a Costa até o Alto Sertão [...] (GUEDES, 2006, p.38).

A cotonicultura nordestina tornou o Nordeste de nosso país uma das principais regiões fornecedoras de algodão para as indústrias têxteis inglesas, principalmente após o período da Independência das Treze Colônias Americanas, quando a América inglesa cortou relações comerciais e coloniais com a metrópole européia. Na visão dos autores Moreira e Santos:

Os agentes responsáveis por este aumento das exportações de algodão nesta fase foram, primeiramente, a Guerra de Independência norte-americana que impediu o fornecimento dos Estados Unidos a Inglaterra, logo depois a revolução industrial. (...) portanto a nova conjuntura, aliada às facilidades advindas da criação da Companhia do Grão Pará e Maranhão, foi suficiente para enorme expansão que experimentou a lavoura algodoeira maranhense, mesmo após a extinção da Companhia, em 1798. A expansão foi tamanha que o Maranhão, no período de 1760 a 1818 ocupou a posição de maior produtor de algodão do Brasil (MOREIRA E SANTOS apud COSTA, 1996 p. 50).

É importante ressaltar que atualmente o setor algodoeiro conta com um dos maiores investimentos científicos e tecnológicos da agroindústria brasileira. Após a crise na produção do algodão, acontecida após as décadas de 90 com a queda do cultivo nordestino e as perdas de mercado para a concorrência americana, o cultivo desse espécime tornou-se motivo de preocupação para o governo brasileiro, que se posicionou em prol de uma revalorização do produto ante a economia brasileira, criando, para isso, programas como o Programa de Incentivo à Cultura do Algodão (PROALMAT) além de investir em atividades relacionadas à pesquisa, ao *marketing* e à comercialização do algodão. A criação da Embrapa, em 1990, e da Fundação de Apoio à Pesquisa Agropecuária de Mato Grosso (Fundação MT) no ano seguinte representam factualmente uma época de pesados esforços e reais investimentos na economia algodoeira. A recuperação da derrocada nordestina logo se espalhou para além das regiões do Nordeste, levando o algodão e os avanços adquiridos para as regiões do centro-oeste

brasileiro, onde o produto foi desenvolvido para adaptar-se aos cerrados (COELHO, 2002, p.27).

Estes avanços fizeram da cotonicultura um dos setores mais organizados e mais tecnologicamente desenvolvidos do agronegócio brasileiro. O resultado disso é que, de pequenos produtores das lavouras de subsistência, o algodão passou a ser responsabilidade de grandes latifundiários, contando com maquinaria e tecnologias avançadas para a expansão da produção. Uma mudança na caracterização da mão de obra tornou-se, então, inevitável: esse setor passou a demandar profissionais especializados em operação de máquinas de plantio, aplicação de insumos e colheita.

Outro importante fator de ordem econômica é em relação à exportação: o cultivo do algodão nas regiões do centro-oeste corresponde à maior parte da produção de algodão do nosso país e também pelo total das exportações de fibras de algodão para os países. Rochelle (2000) afirma:

A partir de 1999, as importações diminuíram consideravelmente e a produção nacional foi estimulada. É também neste ano que ocorre a consolidação nacional da Região Centro-Oeste como principal produtora nacional, especialmente o estado de Mato Grosso [...] este estado apresentou crescimento espantoso no final da década de noventa. A produção de 20,4 mil toneladas de algodão em pluma em 1989/90 para 34,8 mil toneladas em 1997/98. A partir daí, a produção dispara para 226 mil toneladas em 1998/99 e 311 mil toneladas em 1999/00, representando quase a metade da produção nacional. Nos demais estados da região, a produção também cresceu bastante. Em 1989/90, a produção conjunta de Mato Grosso do Sul e Goiás era de 53,6 mil toneladas de algodão em pluma. Em 1999/00, este montante havia crescido para 118,9 mil toneladas (ROCHELLE, 2000, apud, COELHO, 2002, p. 27).

Para as relações econômicas, que estavam em declínio, a boa recuperação do algodão brasileiro representou uma injeção financeira e uma reviravolta na situação econômica do país que passou de maior importador mundial para o terceiro maior exportador em 12 anos. Entre os maiores compradores do algodão brasileiro estão a Indonésia, a Coreia do Sul e a China, sendo este último um importante país para estabelecer relações socioeconômicas.

Se pudéssemos apontar um problema enfrentado nas relações econômicas geradas pela produção do algodão este seria, pois, a desvalorização da moeda brasileira em relação ao dólar americano. A taxa de câmbio é, hoje em dia, o maior obstáculo do produtor de algodão no Brasil: se, por um lado, a desvalorização do dólar prejudica o real, por outro, ela beneficia os importadores. Apesar de a cotonicultura continuar firme na economia brasileira, os problemas de nível financeiro representaram longas batalhas do governo e dos órgãos

responsáveis na defesa de um comércio e fornecimento justos, sem prejudicar a imagem do Brasil perante o comércio mundial.

Portanto, percebemos que a história da cotonicultura brasileira é bastante conturbada, repleta de obstáculos no seu desenvolvimento, mas que desde os primórdios esta vem se recuperando e imprimindo sua contribuição para o desenvolvimento do país.

Apesar da desvalorização em algumas regiões, a cotonicultura foi responsável pelo desenvolvimento de muitas cidades brasileiras. Um setor que caminhava junto com os avanços da cotonicultura foi o do meio de transporte, uma vez que, a economia algodoeira necessitava destes para o transporte de sua produção. Com o avanço das técnicas para a produção do algodão, fazendo deste um grande exportador, também se direcionou avanços e tecnologias para os transportes brasileiros, como veremos no capítulo a seguir.

CAPÍTULO II

O ALGODÃO E AS VIAS DE TRANSPORTE

O presente estudo analisará o transporte do algodão das zonas produtoras até o seu destino, os portos. A falta de comunicação entre as zonas de produção e os portos dificultou muito a vida em especial dos sertanejos, uma vez que as vias de acesso às áreas exportadoras eram recheadas de empecilhos. A própria geografia paraibana se destacava como um dos maiores obstáculos para o transporte dos produtos do sertão ao litoral. É neste cenário que surgiu as primeiras vias de transporte, os tropeiros, importante elo entre as longínquas e isoladas cidades produtoras e o restante do Brasil.

2.1 OS TROPEIROS: PRIMEIRAS VIAS DE TRANSPORTE DO ALGODÃO

Antes da chegada dos automóveis e das ferrovias, o meio de comunicação principalmente nas cidades sertanejas encontravam muitas dificuldades: a distância entre uma cidade a outra era grande; a vegetação fechada; relevo acidentado; e os rios, em sua maioria, inaptos para a navegação tornavam o contato entre o sertão e o litoral extenso e dificultoso. A única solução foi o transporte animal, utilizando o cavalo como transporte foi mantido o contato e o desenvolvimento de vilas e cidades entre sertão e litoral. Como nos mostra Silva (2011):

Contudo, os tropeiros foram os grandes desbravadores, até a proliferação do caminhão [...]. Assim sendo, as tropas que partiam do sertão, levavam principalmente o algodão, e de volta traziam gêneros alimentícios, tecidos e demais insumos para abastecer o comércio sertanejo (SILVA, 2011, p.33).

Durante muito tempo os tropeiros foram as principais vias de ligação entre o sertão e o litoral. Chegando ao Estado da Paraíba em meados do século XIX, eles foram os principais desbravadores de territórios, desenvolvendo o comércio nas cidades, atuando como agente de

comunicação e intercâmbio, conduzindo encomendas, documentos e correspondências (SILVA, 2011, p. 33).

A chegada das tropas de burros anunciava que a movimentação, seja nas cidades, vilas ou povoados, seriam estabelecidas. O comércio era o setor mais privilegiado, pois os tropeiros traziam e levavam mercadorias para diversas partes da região. O algodão, no auge do desenvolvimento e de bastante excedente para exportação, recorria ao meio de transporte disponível na época: eram os tropeiros, com suas frotas de burros, que realizavam o transporte do algodão, como nos mostra a citação a seguir:

Dessa forma, para cada porto do litoral, havia um caminho na serra e um porto seco no planalto, que servia de parada para os tropeiros e de posto de comércio e armazenamento das mercadorias transportadas por terra ou embarcações (STEFANI, 2007, p. 30-31).

A cidade de Campina Grande era um lugar de descanso para os animais e tropeiros, sendo considerada a parada obrigatória, após uma longa caminhada. Nessas paradas, os tropeiros realizavam trocas comerciais, vendendo e comprando produtos.

Campina Grande não era simplesmente um pouso, um lugar de descanso para animais e tropeiros. Mas a parada obrigatória, o ponto terminal da longa caminhada. Aqui operavam-se as permutas, as trocas comerciais. Vendiam-se os produtos do sertão, principalmente algodão, couros e queijos, e compravam-se as mercadorias para o abastecimento da zona seca, em maior quantidade gêneros alimentícios, de preferência rapadura e farinha de mandioca. (ALMEIDA, 1978, p.107, apud, FREITAS, 2013, p.23).

Nesse sentido, podemos perceber a importância do tropeiro para o desenvolvimento econômico de muitas cidades sertanejas e na formação do Brasil, enfrentando diversos perigos e grandes distâncias para ampliar o comércio.

O poema a seguir “Tropeiros da Borborema” de composição de Rosil Cavalcanti e Raimundo Asfora, também gravada por Luiz Gonzaga, descreve a importância que o tropeiro teve no desenvolvimento de Campina Grande e das cidades do sertão:

Estala relho malvado

Recordar hoje é meu tema

Quero rever os antigos

Tropeiros da Borborema

São tropas de burros
Que vem do Sertão
Trazendo seus fardo
De pele e algodão
O passo moroso
Só a fome galopa
Pois tudo atropela
Os passos da tropa
O duro chicote

Cortando seus lombos
Os cascos feridos
Nas pedras aos tombos
A sede a poeira
O sol que desaba
Oh! Longo caminho
Que nunca acaba

Assim caminhavam
As tropas cansadas
E os bravos tropeiros
Buscando pousada
Nos ranchos e aguadas
Dos tempos de outrora
Saindo mais cedo
Que a barra da autora
Riqueza da terra
Que tanto se expande
E hoje se chama
De Campina Grande

Foi grande por eles
 Que foram os primeiros
 Oh! Tropas de burros
 Oh! Velhos tropeiros.
 (FREITAS, 2013, p.21)

Mais uma vez é demonstrado como o tropeiro exerceu fundamental importância na fundação e desenvolvimento da cidade de Campina Grande. Existe em Campina Grande um monumento situado as margens do Açude Velho, lugar simbólico para os tropeiros, construído em homenagem ao centenário daquela cidade. Neste monumento, a figura dos tropeiros representa importantes contribuições fundacionais a cidade.

Era natural os tropeiros viajarem em comboios uma vez que os caminhos principalmente a noite eram perigosos. As viagens duravam dias, até meses. Devido os caminhos serem de difícil acesso e com vegetação fechada, as viagens se tornavam ainda mais propícias para os saqueadores, motivo que levava os tropeiros a viajarem em comboios. Sobre essa questão:

Durante toda a viagem, os comboios oriundos das mais diversas localidades vinham-se agrupando, de maneira que era comum chegar à cidade (Campina Grande) 200 ou 300 animais simultaneamente, em época de safra de algodão, cerca de 2000 animais diariamente. (...) Cada tropa comportava entre 8 e 10 animais, conduzida por um portador, os comboios nunca comportavam menos de 35 animais, em torno de 5 tropeiros (ARANHA, 1991, p.259-260, apud, SILVA, 2011, p.33).

A citação acima menciona que os tropeiros costumavam andar em comboios e, principalmente, parar a noite para dificultar a ação de ladrões.

Outra região que teve seu desenvolvimento impulsionado pelos tropeiros foi Minas Gerais. Segundo a historiadora Jurema Mascarenhas Paes (2001), as tropas surgiram em função da descoberta do ouro em Minas Gerais e foram de grande importância econômica para a metrópole, que já não se beneficiava tanto com o açúcar, que vinha enfrentando períodos alternados de crises. Ocorre neste período um deslocamento muito grande de pessoas com destino às minas, proporcionando o surgimento de algumas cidades, vilas e povoados.

Esse deslocamento de pessoas encontrou nas regiões mineiras muitas dificuldades para sobreviver. Primeiramente porque os que para lá foram almejavam enriquecer com o ouro das minas. Nesse sentido, o desenvolvimento da agricultura era precário, chegando a morrer muitas pessoas de fome. O deslocamento numa região tão acidentada só podia ser realizada a pé pelos escravos africanos, já que o cavalo não suportava transitar nesta região com certa quantidade de cargas.

E neste contexto que o muar vai ser de grande serventia, pois era um animal mais apropriado para fazer o transporte de longas distâncias, enfrentando difíceis caminhos. Era um animal muito resistente. (PAES, 2001, p.59)

A autora também relata que o muar era mais adaptado para trafegar nessa região devido a sua experiência nas minas espanholas onde prosperava antiga tradição de transportes de mercadorias por meio de tropas de muares. Percebendo essa importância, a Coroa Portuguesa permitiu a criação de muar. Posteriormente, sua comercialização foi feita em feiras livres. Conforme retrata a citação a seguir:

O crescente comércio de muares propiciou o surgimento de feiras importantes de animais, a exemplo da feira de Sorocaba em São Paulo. Estas feiras tiveram papel significativo neste comércio, pois aí se concentravam os grandes vendedores de animais, como também os comerciantes que possuíam outros negócios. Desde quando o muar começa a entrar na colônia brasileira, alguns lugares passam a ter um maior desenvolvimento econômico: iniciadas as importações, é quando surge o muar, no Centro-Sul, que vai ter uma importância considerável no desenvolvimento econômico e social de São Paulo, Minas Gerais e Mato Grosso (GOULART *apud* PAES, 2001, p. 63).

No trajeto principal da Estrada dos Tropeiros, surgiram cidades que ainda conservam suas construções históricas e atrações naturais. Porém, poucos sabem a respeito dos demais trechos que passam pelo Vale do Paraíba e por muitas cidades que foram essenciais para o desenvolvimento do tropeirismo. Segundo Paes (2001), a transação de muares se tornou um importante negócio para a coroa portuguesa, uma vez que esta arrecadava na cobrança de pedágio entre uma província e outra. Dessa forma, quanto mais longe fosse levado o muar mais caro saía o pedágio. Essa foi uma das principais razões que tornaram o transporte realizado no lombo do burro caro, levando os senhores da época a procurarem um meio de transporte mais barato. Foi neste cenário que o trem de ferro surgiu, promovendo um transporte mais rápido e barato que o realizado no lombo dos animais. Mas mesmo com o surgimento do trem, os tropeiros continuaram desenvolvendo suas atividades.

Portanto, diante da discussão, fica claro a grande contribuição do tropeiro para o desenvolvimento das cidades em época que o mular, principal meio de transporte, efetuou com maestria sua função. E mesmo com a chegada do trem, os tropeiros não pararam de contribuir para o desenvolvimento das cidades, pois eles continuaram predominando como sistema complementar de transporte, transportando as mercadorias entre as ferrovias e as áreas ainda não servidas por elas.

2.2 FERROVIAS

A implantação da malha ferroviária no Brasil se deu com o fim do tráfico internacional de escravos no século XIX. É época em que a sociedade brasileira passava por várias mudanças. O escravo trazido do Continente Africano era responsável pelo trabalho forçado nas fazendas. Quando o tráfico de escravos foi proibido intensificou a crise da mão-de-obra. Na época, a grande produção de produtos destinados a exportação necessitava de um meio de transporte eficiente e com maior agilidade para transportar as mercadorias até os portos. Segundo Branco (2007), as estradas de ferro ofereciam importante suporte ao transporte de cargas que, até então, era realizado no lombo de mulas e compartimentos de carroças.

As primeiras ferrovias foram construídas nas regiões de maior produtividade. Conforme nos mostra Maria Lúcia Lamounier, em seu trabalho *Ferrovias, agricultura de exportação e mão-de-obra no Brasil no século XIX* (1999):

Duas importantes concessões foram aprovadas estreitamente relacionadas com os interesses da agricultura de exportação: uma linha a ser construída na região açucareira da província de Pernambuco e outra na região cafeeira do Rio de Janeiro (LAMOUNIER, 1999, p. 48).

Em São Paulo os fazendeiros de café detentores de poderes políticos e econômicos também foram pioneiros do transporte ferroviário. Percebe-se assim, que as ferrovias se concentraram nas regiões produtivas que necessitavam de um meio de transporte eficiente para exportar o excedente produzido.

O açúcar cultivado no Norte até as primeiras décadas do século XIX era o principal produto de exportação. A partir de 1830, o café cultivado no sudeste tornou-se o produto de maior valor comercial, chegando, em meados do século, a atingir 50% do valor total das exportações brasileiras (LAMOUNIER,1999, p. 49).

Em relação a extensão da malha ferroviária nas províncias produtoras de açúcar e café, assim cita a autora:

Entre 1850 e 1890, foram estendidos um total de 9.973 km de trilhos no Brasil, a maior parte para beneficiar a região cafeeira. Em 1876, de um total de 2.051 km, 1.193 estavam localizados nas regiões cafeeiras do Rio de Janeiro e de São Paulo. Entre 1875 e 1890, a extensão dos trilhos em São Paulo aumentou de 655 km para 2.425 km. Em comparação, nas áreas açucareiras a expansão da malha ferroviária não foi significativa. Em 1883, na principal província açucareira de Pernambuco havia apenas 256 km de ferrovias em operação, e 238 km em construção (LAMOUNIER,1999, p. 49).

Essa expansão da economia cafeeira trouxe desenvolvimento para a região Sudeste, principalmente no setor urbano-industrial, intensificando instalações de infra estrutura da economia agroexportadora, pela expansão da rede ferroviária e melhoria dos portos, como também pelas instalações de fábricas e do setor de serviços (FAUSTO *apud* CASTILHO, 2012)

Nesse sentido, levando em conta que a implantação da malha ferroviária se deu primeiramente em regiões de grandes produções, o Norte conheceu as ferrovias na segunda metade do século XIX, por concessão federal à empresa de capitais ingleses Conde d'Eu. Kaline Abrantes Guedes, em sua dissertação de mestrado intitulado *O Ouro branco abre caminhos: O algodão e a modernização do espaço urbano da cidade da Parahyba (1850-1924)* (2006) mostra que essa implantação se deu graças a economia algodoeira, pois as linhas férreas se estabeleceram principalmente nas proximidades das grandes regiões produtoras de algodão.

Ainda em relação a implantação das ferrovias no Nordeste, a seca que assolava a região foi bastante debatida nas muitas reivindicações para implantação da malha ferroviária. O historiador Gervácio Batista Aranha afirma que o apelo do Norte era um só, referindo-se a região como coitada e sofrida.

Os discursos que lhes sucederam são tão repetitivos, reafirmam tantos lugares-comuns, que sou levado a afirmar que após o discurso do senador norte-rio-grandense não havia nada de novo front das disputas politico-discursivas em torno das reivindicações ferroviárias relacionadas ao discurso da seca (ARANHA, 2006, p.124).

Arelado a essas reivindicações estava o fato de algumas cidades, como no caso de Campina Grande, terem um comércio com aparente aspecto de desenvolvimento. Com a implantação das ferrovias, essas cidades poderiam se tornar um centro de comercio de amplitude regional, uma vez que, a rede ferroviária estava intimamente relacionada com a modernidade, desenvolvimento e progresso, ligando cidades distantes em menor tempo. Porém, o crescimento e o desenvolvimento da cidade só ocorreu realmente no século XX, com a exploração da atividade algodoeira e com a implantação das ferrovias em 1907. Com isso, Campina Grande se tornou a segunda exportadora de algodão do mundo.

Em relação a implantação da rede ferroviária no Brasil, Nilson Cesar Fraga (2006) relata que:

A história das estradas de ferro no Brasil está fortemente marcada pela presença inglesa. Foram os ingleses que trouxeram a tecnologia da construção de ferrovias que vinha revolucionando a Europa desde a Revolução Industrial (FRAGA, 2006, p. 147).

Na verdade, as companhias ferroviárias inglesas investiram no Brasil porque os capitalistas, meros conhecedores dos recursos brasileiros, estavam interessados no fornecimento de matérias primas mais baratas e de um mercado consumidor de produtos manufaturados de bens de capital.

Outro interesse para os britânicos diz respeito a mão-de-obra brasileira. A lei ferroviária de 1852 britânica proibia o uso do escravo na construção da malha ferroviária. Dessa forma, se inicia no Brasil o mercado de trabalho livre assalariado. Percebemos que as ferrovias mudaram as relações de produção no Brasil, uma sociedade cuja hegemonia vinha do trabalho escravo. Josemir Camilo de Melo em sua obra *Ferrovias Inglesas e mobilidade social no nordeste* (2007) analisa o custo da mão de obra brasileira e faz comparação com a de outros países:

[...] a mão de obra nativa especializada era mais barata do que a inglesa, em cerca de 83% e, ligeiramente mais barata do que a da Argentina (7%). A mão de obra não especializada era mais barata no Brasil (43%) do que na Argentina (62%), em relação à especializada de cada país (MELO, 2007, p. 78).

Este custo de mão-de-obra será questionado mais tarde pelos trabalhadores, chegando a haver greves por aumento de salário. No entanto, com o fim da escravidão um número alto de ex-escravos entraram no mercado de trabalho, barateando ainda mais a mão-de-obra brasileira.

Mesmo diante de baixos salários, os trabalhadores brasileiros foram responsáveis pela implantação da malha ferroviária no país. Com a chegada do trem, o Brasil conheceu relativo avanço de desenvolvimento, uma impressão moderna até então desconhecida no país. De fato, o trem por onde passava deixava sua contribuição para o desenvolvimento local. Conforme nos relata Helmara Gicelli Wanderley (2009), “o trem veio imprimir ritmo à cidade, gerar empregos, desenvolver a economia do município, agilizar o sistema de informação, promover encontros e até desencontros” (WANDERLEY, 2009, p.84).

Na verdade, o trem imprimiu ares modernos por onde passou. Muitas cidades brasileiras passaram a conhecer aspectos de modernidade a partir de sua implantação. No sertão paraibano, muitas cidades tiveram aguçado desenvolvimento a partir do transporte ferroviário.

As estações ferroviárias eram bastante movimentadas juntando gente de diferentes classes sociais principalmente na inauguração, todos esperavam ansiosos à chegada do trem, afinal era uma grande novidade para a época (WANDERLEY, 2009).

A chegada do trem a cidade de Sousa não foi diferente. A Estação Ferroviária foi construída em 1926, fazendo o percurso com passageiros e principalmente cargas, em especial a de algodão, no auge da economia sousense. No dia da inauguração, a população compareceu em massa ao bairro da Estação para conhecerem o tão esperado trem de ferro. Sobre esse acontecimento, a revista *Letras do Sertão* divulgou o seguinte:

Sob o sol impiedoso das duas horas da tarde um punhado de gente, aguardava a chegada do primeiro trem de Mossoró. Todos de vista voltada para o norte estendiam verdadeiros olhos de lince na estrada, que se descortinava longa, interminável... e quando o auto motriz apontou distante, foi em grande polvorosa que acorreu o povo a abençoar aquele mensageiro do progresso (DÁRIO, 2012, p. 86).

Com a ligação da estrada férrea Sousa-Mossoró, o comércio sousense conheceu um importante salto econômico nas relações comerciais que se dariam com o Rio Grande do Norte, uma vez que a cotonicultura necessitava de um meio de transporte veloz para escoar sua produção.

2.3 AS RODOVIAS

O melhoramento das rodovias também foi um projeto em consequência da seca que assolava a região Nordeste. Estas complementaram as ferrovias, ligando o litoral ao sertão. O transporte via ferrovias tinha suas vantagens. As tarifas cobradas eram bem mais caras comparadas aos transportes de muares e caminhões. Conforme nos mostra Galliza (1993),

Os transportes rodoviários passaram a competir com a Companhia Great Western ao ponto desta ter de baixar suas tarifas. Acrescenta ainda que o caminhão apresentava inúmeras vantagens sobre os trens, porque, além de serem mais cômodos e mais baratos, estavam livres de muitos tributos que pesavam sobre o transporte ferroviário, como impostos federais e estaduais, taxas de carga e descarga e ad valorem. Além disso, não contavam com despesas complementares de transporte para a estação exportadora e desta aos armazéns do destinatário (GALLIZA, 1993, p.116-117, *apud*, GUEDES, 2006, p.62).

O autor faz comparação entre os meios de transporte existentes, pois com o projeto de melhoramento das rodovias a população teve a sua disposição outra opção de transporte: o automóvel. O trem de ferro era um meio de transporte bem mais caro comparado aos muares e ao automóvel. Isso se deu devido ao alto custo de construção da malha ferroviária, uma série de tarifas cobradas, manutenção da máquinas. dentre outros. O automóvel era um meio de transporte alternativo. Quando a distância a ser percorrida era curta, muitos senhores de renda

econômica favorável optava pelo automóvel, uma vez que, o custo seria menor que transportado pelas ferrovias. Mas essa alternativa só veio a se concretizar com o melhoramento das rodovias, sendo um projeto de longo prazo. No entanto, para que o melhoramento das rodovias pudesse ser concluído foram longos anos de espera.

As cidades que mais utilizaram o automóvel como meio de transporte não dispunham de malha ferroviária constituída, por exemplo, temos a cidade de Patos, no sertão paraibano. O trem chegou à cidade de Patos em 1944, no término do trecho ferroviário Pombal - Patos. Lembrando que, em 1940, Patos já representava ares de cidade moderna, com um considerado desenvolvimento industrial e sua população estava entre sete mil e treze mil habitantes aproximadamente (SILVA,2011, p. 65). Mesmo assim, o dia da chegada do trem não foi diferente das demais cidades, muita gente se dirigiu para a estação ferroviária curiosos para conhecer de perto o grande ícone da mecânica moderna, que tardiamente chegava a Patos.

Esse considerado avanço industrial suscitava um apelo forte, juntamente com a questão da seca que assolava a região Nordeste, para a implantação das vias férreas. Para o melhoramento das rodovias, seguia-se o mesmo discurso. Na verdade, as obras de melhoramentos das rodovias resolveram dois problemas que assolavam a população sertaneja: geração de emprego para a população acometida pela seca; e ampliação da malha rodoviária, interligando cidades e melhorando o comércio, uma vez que o transporte dos produtos poderia ser realizado por meio de caminhões. Conforme relata Kaline Abrantes Guedes (2006):

As estradas de rodagem, assim como as outras diversas obras custeadas pelo governo federal, como parte do Projeto de Combate às Secas da IFOCS, viabilizaram emprego e renda aos trabalhadores agrícolas vitimados pela seca, ampliaram as condições de assistência e de comércio nas cidades atingidas e, especialmente, facilitaram o intercâmbio e a comercialização da produção agrícola e industrial dos estados (GUEDES, 2006, p.62).

A autora ainda ressalta que, juntamente com esses melhoramentos, surgiram novidades que deram um novo ritmo as cidades, como também a formação de outras cidades em decorrência do entroncamento de rodovias, contribuindo para o progresso, modernidade e urbanização, tal como a mesma afirma a seguir:

Ao lado desses melhoramentos que aproximava o litoral do sertão e, conseqüentemente, aproximavam as regiões produtoras das consumidoras e

das portas para o escoamento da produção apareceram novos personagens até então estranhos à população sertaneja, como: engenheiros, técnicos, motoristas, médicos, trabalhadores especializados; equipamentos e instrumentos como máquinas, automóveis, caminhões, locomotivas; e serviços como o cinema, os restaurantes, as bibliotecas, o telégrafo e a eletricidade (GUEDES, 2006, p. 62).

Fraga (2006) considera que “as rodovias passam a ser definidoras da expansão urbano-industrial e da íntima ligação que se encontra entre a rede rodoviária e a urbana, uma vez que uma é causa e consequência da outra”. Sem dúvidas, as rodovias desempenharam para a época importante desenvolvimento, ligando cidades até então isoladas como também amplificando o setor industrial.

Como podemos perceber, no Brasil, a distribuição da malha ferroviária é bastante irregular, principalmente na região Nordeste, onde esta se fragmenta em pontos isolados. Isso nos leva a entendermos que o interesse coletivo ficava em segundo plano, prevalecendo interesses particulares de políticos locais. Foi essa uma das razões do automóvel ser, muitas vezes, preferível a via férrea.

Portanto, sem dúvidas, os meios de transportes foram de fundamental importância para o progresso da economia local de muitas cidades sertanejas, principalmente as produtoras de algodão, uma vez que escoar a produção para outras regiões se fazia necessário para o progresso econômico. A cidade de Sousa é exemplo da necessidade dos meios de transportes para o desenvolvimento de sua economia, uma vez que, com a chegada do trem e com o melhoramento das rodovias, a economia algodoeira conquistou mercados em outras regiões com a venda de sua produção.

CAPITULO III

A ECONOMIA ALGODOEIRA DA CIDADE DE SOUSA

O presente capítulo é a parte central deste estudo. Nele, procura-se conhecer a importância da economia algodoeira para o desenvolvimento da cidade de Sousa, na Paraíba, durante a segunda metade do século XX.

O algodão foi o principal produto da economia sousense, sua base de sustentação durante muito tempo. Sousa, com sua geografia, clima, fertilidade e com abundante disponibilidade de mão de obra demonstrou-se apta ao cultivo do algodão. Como o algodão encontrou no solo do sertão condições favoráveis para se desenvolver, este passou a ser o principal produto cultivado de muitas regiões sertanejas, chegando a faltar gêneros alimentares. Como nos mostra Caio Prado Júnior (2008), “As fomes são frequentes, o algodão absorve toda as atividades e ninguém cuida de culturas alimentares”.

Isso nos mostra a importância da cotonicultura para a economia brasileira. Uma expansão até então desconhecida, já que, no início, o cultivo do algodão não representava para a economia brasileira relativo interesse, ficando mais destinado ao cultivo do açúcar. Como no Brasil, a economia era destinada a exportação, um novo produto agrícola cultivado principalmente na região Nordeste passa a ser exportado para a Europa, mais precisamente para a Inglaterra em decorrência da necessidade deste país por matéria prima. Segundo Denise Monteiro Takeya (1995):

Para a região Nordeste, isso significou uma diversificação de sua economia, na medida em que, pela primeira vez surgiu a possibilidade de exportação de um produto agrícola que não fosse o açúcar. Mas mais do que isso, por suas peculiaridades de cultivo e beneficiamento, o algodão possibilitou o surgimento da pequena propriedade (sob diferentes formas de arrendamentos), a utilização de mão-de-obra livre e a expansão da agricultura de subsistência. Além disso, promoveu a urbanização em áreas interioranas, uma vez que os beneficiadores eram, em geral, comerciantes que se estabeleciam nos núcleos populacionais com suas máquinas beneficiadoras (TAKEYA, 1995, p. 95).

A Paraíba, mais precisamente o interior, foi uma região que teve seu crescimento e desenvolvimento atrelado a economia algodoeira. Uma atividade complementar que, dependendo da cotação do algodão, passou a ser um produto de grande rendimento.

3.1 PERFIL DOS ENTREVISTADOS

Neste capítulo, trabalho com pesquisa de campo, como também com edições de revistas que circularam na imprensa sousense na época estudada. Com a finalidade de colher dados, foi elaborado um questionário com dez perguntas. Nosso intuito foi analisar a economia algodoeira da cidade de Sousa, durante a segunda metade do século XX, a partir de memórias dos sousenses.

Para a efetivação da pesquisa de campo foi realizado um estudo de caso, selecionando quinze sousenses, tanto do sexo masculino quanto feminino, para responderem ao questionário sobre o tema estudado. Dentre eles, estão filhos de ex - usineiros, funcionários, advogados, produtores e comerciantes. Por questão de ética, os nomes dos entrevistados foram preservados. Lembrando que a padronização das perguntas objetiva obter respostas referentes as mesmas perguntas para, dessa forma, fazermos comparação entre as respostas.

A pesquisa sobre a economia algodoeira da cidade de Sousa é de cunho qualitativa, uma vez que procura analisar e investigar como a cotonicultura contribuiu para o desenvolvimento e progresso da cidade. Para Barros (2008), “a abordagem qualitativa é caracterizada por incorporar significações e comunicação cultural entre os sujeitos, resultando em uma totalidade de sentidos”. Neste caso, a pesquisa procura analisar os depoimentos dos entrevistados para destes conhecer a história da cotonicultura sousense.

3.2 O ALGODÃO ENTRE OS SOUSENSES

O primeiro questionamento levantado quando essa pesquisa foi a campo referiu-se ao surgimento do algodão na cidade de Sousa. De acordo com as respostas dos questionários, a

história do algodão na cidade de Sousa possui raízes desconhecidas. Como nos mostra o senhor J. B. S. O em suas memórias:

A chegada em Sousa do algodão é muito antigo, me parece que veio da região do Seridó (Patos PB, Caicó RN etc), conhecido como o algodão de melhor fibra (J. B. S. O. 2014, 66 anos, médico veterinário)

Julieta Pordeus Gadelha (1986) em sua obra, intitulada: “Antes que ninguém conte” informa que, no final do século XIX, chega a Sousa a primeira usina de beneficiamento de algodão empreendimento do senhor Júlio Marques de Melo movida à “roda d’água” (GADELHA, 1986, p.138).

Em relação a existência de usinas de beneficiamento do algodão em Sousa, todos responderam citando as maiores usinas, as que permaneceram na cidade até a extinção da cotonicultura. Dentre as respostas a do senhor J. A. Q. melhor define:

No passado, conheci 4 usinas de beneficiamento de algodão em Sousa: A usina dos 3 irmãos: Zabilo, Clotário e José Gadelha era localizada na Av. Manoel Gadelha saída para Aparecida; a usina de Dócil Braga e Deca Rocha- Bairro Capanema; a usina de Luiz Pereira de Oliveira- Bairro Guanabara e a usina dos irmãos: Francisco de Assis, Azarios e José Vicente Abrantes Gadelha (A. Abrantes Gadelha e Cia) saída para Cajazeiras (J. A. Q. 2014, 75 anos, advogado)

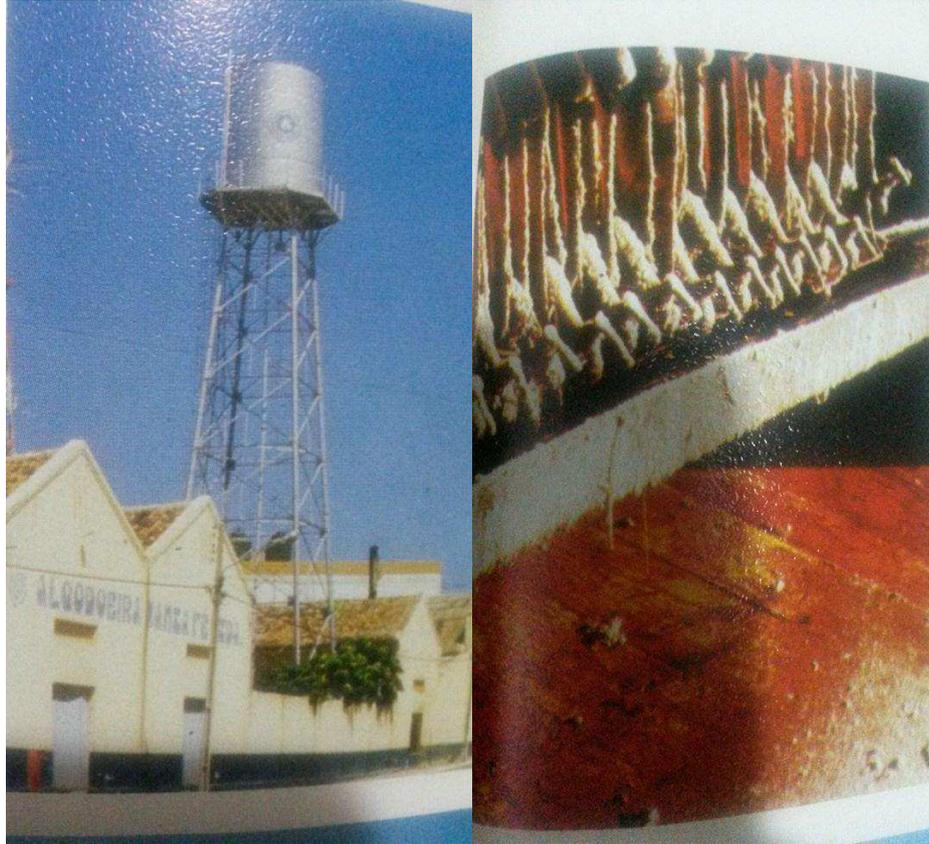
Diante do depoimento, percebemos que existia um numero considerado de usinas de beneficiamento de algodão na cidade. Outros depoimentos citam também a usina Sanbra (Sociedade Algodoeira do Nordeste Brasileiro) localizada no centro da cidade, no prédio que atualmente funciona a Telemar.

Esses empreendimentos contribuíram para o desenvolvimento da cidade, pois os empresários estavam sempre adquirindo o que havia de mais moderno para melhor funcionamento da empresa. Segundo Gadelha, a algodoeira dos irmãos Zabilo, Clotário e José Gadelha foi a que mais contribuiu para o desenvolvimento econômico de Sousa (GADELHA, 1986, p. 139).

Nesse contexto, por unanimidade, nossos entrevistados concordam com a autora. A família Gadelha tinha várias atividades empresariais na cidade, sendo que a maior parte voltada para o setor da cotonicultura, tanto na produção quanto no beneficiamento. Sua produção chegava a duzentos hectares, uma média boa na região Nordeste. Salomão Benevides Gadelha, em depoimento para o trabalho de José Alves dos Santos, intitulado “Sousa”, afirma que a cultura algodoeira ocupava noventa por cento, sendo a principal atividade econômica da região, ficando as outras culturas como o milho, feijão e arroz para suprir as necessidades básicas da sociedade.

José Gadelha em depoimento ao documentário “O País de São Saruê” relata que, no ano de 1958, implantaram no centro de Sousa a usina André Gadelha & irmão e a partir daí nasceu o sucesso na vida comercial. Dentre os empreendimentos empresariais, cita a doação de terrenos para a construção de uma maternidade que, segundo ele, era a mais bem equipada da região, como também para a construção da escola de treinamento, DNOCS, hospital regional e a coletoria estadual. Segundo José Gadelha, todas essas doações e empreendimentos foram pensando no desenvolvimento da cidade.

A imagem a seguir mostra a usina de beneficiamento André Gadelha & Irmãos em pleno funcionamento. A primeira imagem é da fachada, prédio em bom estado de conservação; a segunda é do interior, mostrando o funcionamento das máquinas, a extração de óleo do caroço do algodão. Como mencionado anteriormente, os maquinistas estavam sempre acompanhando o avanço das técnicas, ou seja, quando eles ficavam sabendo do surgimento de uma máquina nova, tratavam logo de adquirir com a finalidade de maior produtividade no setor econômico.



Fonte: SANTOS, p. 47.

Assim como as usinas, empreendimentos de vários seguimentos passaram a existir em Sousa com a chegada do algodão, todos deixando sua parcela de contribuição para o desenvolvimento e progresso da cidade. A esse respeito o senhor F. A. C.- Advogado nos relata:

A contribuição do algodão para o crescimento da região da Grande Sousa foi fantástica. Com a chegada do algodão, o comércio tomou o caminho de um desenvolvimento integral. Várias casas de tecido foram implantadas na cidade, como também outros gêneros que antes não tinha. Os empregos aumentaram rapidamente, não só nas Usinas, mas em todos os setores onde o comércio foi crescendo. O emprego na zona rural cresceu rapidamente, pois a agricultura, principalmente com a plantação de algodão contratou grande número de agricultores para o trabalho diário (F. A. C. 2014, 72 anos, advogado)

Além destes, os entrevistados citaram a chegada das agências bancárias: Industrial de Campina Grande; Banco do Nordeste e Banco do Brasil. Segundo Julieta Pordeus Gadelha (1986), a chegada dos bancos possibilitou ao produtor rendimentos sobre o capital aplicado, como também emprestar-lhe dinheiro quando fosse preciso para evitar prejuízos na venda do algodão na folha. Comprar algodão na folha era um outro seguimento existente no meio da cotonicultura. Este tipo de comércio era realizado por não produtores, pessoas que compravam o algodão no campo aos produtores os chamados intermediadores e vendiam aos usineiros recebendo comissão.

A maior parte da produção algodoeira era destinado a exportação. Sousa exportava algodão tanto in natura como o fio. Para este chegar a seu destino necessitava de um meio de transporte. Inicialmente quando não se tinha conhecimento do automóvel e tão pouco da ferrovia, todo o transporte era feito no lombo dos animais, trajeto longo e muito demorado. Quando, em 1924, chega as ferrovias, a exportação da produção algodoeira chega aos grandes centros industriais mais rápido, como também aos portos. Podemos constatar a importância do trem para a economia algodoeira souseense nos relatos dos entrevistados dessa pesquisa, onde a maior parte cita este como um meio de transporte essencial para a demanda da exportação, vejamos o que nos revela o senhor F. A. C:

O trem tornou-se o transporte mais importante para as Usinas algodoeiras, já que servia para o carregamento da produção algodoeira para todos os recantos do Nordeste brasileiro. Com a utilidade do trem, a produção algodoeira e outras também cresceram rapidamente e contaram com a utilidade desse sistema maquinário para o transporte constante (F. A. C. 2014, 72 anos, advogado)

Outro meio de transporte muito utilizado em Sousa foi o automóvel, especificamente os caminhões. Eram nestes que se levava a produção para os grandes centros indústrias antes da chegada das ferrovias. Na época, o transporte em caminhão custava caro para os usineiros, sem contar que estes eram alvo dos saqueadores. Quando surge o trem, o caminhão ainda continua sendo de grande utilidade, pois ele chega aonde o trem não chega, ou seja, nas regiões onde não existiam ferrovias e estas eram muitas, o caminhão era o principal meio de transporte, muitos produtores utilizavam-se dele para transportar algodão da lavoura até as usinas na cidade de Sousa. É tamanha a utilidade deste meio de transporte à cotonicultura que a maior parte dos souseenses cita-o quando questionados quais lembranças tinham da época

sobre a economia algodoeira. A foto a seguir mostra o caminhão carregado de algodão em frente a usina para seguir viagem.



Fonte: SANTOS, p. 47

Outro aspecto importante questionado neste trabalho diz respeito ao poder público local. Diante desse crescimento econômico proporcionado à cidade pela cotonicultura se faz necessário conhecer a relação que se estabelecia entre o prefeito, usineiros e produtores. Dos quinze entrevistados, apenas duas afirmaram haver colaboração entre as partes. As demais relatam que esse incentivo estava relacionado as agências bancárias. É o que nos mostra o senhor F. C. A. F. (Funcionário público federal) nas suas memórias:

A reclamação era geral. Tanto patrão como empregados sentia a falta de apoio do Poder Público. A situação do homem do campo era considerada precária. Havia pouco crédito. Os bancos privados eram acessíveis a apenas aos usineiros. Os bancos oficiais (Banco do Brasil e Banco do Nordeste do Brasil) disponibilizavam créditos insuficientes para gerar mais desenvolvimento e melhorar a qualidade de vida, principalmente do homem do campo. (F. C. A. F. 2014, 56 anos- Funcionário público federal).

Nota-se nas memórias acima que as agências bancárias disponibilizavam incentivos insuficientes para os produtores, enquanto que aos usineiros os detentores de maior renda

eram os privilegiados. Segundo José Gadelha o homem do campo nunca deixou de dever aos bancos, é uma gente sofrida. Mesmo sem o apoio público a cotonicultura imprimiu sua marca no desenvolvimento do município sendo o setor de maior destaque, como podemos observar nos dados a seguir:

3ª. PARTE — ALGUNS DADOS ESTATÍSTICOS — 1953

I — PRODUÇÃO AGRÍCOLA

CULTURAS	Área cultivada (hectares)	Unidade de referencia	Quantidade produzida	Valor total em Cr\$
Abóbora ou jerimum	34	fruto	20.000	80.000,00
Algodão (em carôço)		quilo	4 608.000	34 560.000,00
Arroz com casca	960	quilo	1.800.000	5 400.000,00
Batata doce	6	quilo	100.000	200.000,00
Cana de açúcar	245	tonelada	15 000	3.000.000,00
Cana (forragem)	6	tonelada	200	24 00,00
Cebola	2	quilo	4 950	34 650,00
Feijão (macassar)	390	quilo	360 000	1.440.000,00
Mamona	14	quilo	5 000	12 500,00
Mandioca (macaxeira)	3	tonelada	25	62.500,00
Mandioca brava	12	tonelada	100	26 000,00
Milho em grão	1 500	quilo	1.116.000	3 348.000,00
Tomate	6	quilo	40 000	120.000,00
Banana	525	carço	480.000	12.000.000,00
Côco	27	cento	1.850	555 000,00
Laranja	15	cento	15.200	684.000,00
Manga	37	cento	70 600	3.177.000,00
Oiticica (semente)	3 400	quilo	430.000	516.000,00
Carnaúba (côra)	1.400	quilo	40.000	1.200.000,00

III — PRODUÇÃO EXTRATIVA E DE BENEFICIAMENTO

Produtos	Unidade de referencia	Quantidade produzida	Valor total em Cr\$
Algodão em Pluma	quilo	3.447.652	82.671.405,00
Arroz beneficiado	quilo	192.060	858.942,00
Carôço de Algodão	quilo	7.007.953	7.503.828,00
Cal	quilo	930.000	279.000,00
Cruceira de algodão	quilo	29.838	146.000,00
Fubá de milho	quilo	14.940	45.408,00
Panificação (produtos em geral)	quilo	107.400	1.268.400,00
Calçados	par	3.165	198.810,00
Piôlho de algodão	quilo	54.689	112.563,00
Móveis de Madeira	peças	308	209.600,00
Madeira para lenha	m ³	20.000	1.000.000,00
Óleo de carôço de algodão	quilo	457.803	6.688.768,50
Óleo de sementes de oiticica	quilo	92.355	904.509,00
Torta de carôço de algodão	quilo	2.217.023	2.957.449,50
Rapadura	quilo	980.000	3.430.000,00
Farinha de mandioca	quilo	28.800	105.600,00
Tijólhos de alvenaria	milheiro	6.200	741.000,00
Tôlhas de alvenaria	milheiro	760	228.000,00
Polviho ou goma	quilo	1.200	4.800,00
Total geral			Cr\$ 108.756.224,90

Fonte: Revista Letras do Sertão, 1954, nº 11, p. 19-20.

Diante dos dados das tabelas, concluímos que a cultura do algodão era a principal atividade cultivada, logo, a de maior contribuição para o desenvolvimento da região. Segundo depoimento de Salomão Gadelha para o trabalho de José Alves dos Santos (Sousa), “É o algodão quem dá sustentação às famílias, é quem traz o dinheiro para dentro de casa”. Em época de boa safra de algodão o comércio sousense era muito movimentado, nas feiras livres estavam presentes diversos artigos desde os remédios caseiros, até o mais nobre produto da época. Nas imagens a seguir podemos perceber a intensa movimentação.



Fonte: Documentário *O País de São Saruê*

Se o comércio sousense era desenvolvido, isso se deve principalmente ao poder aquisitivo que a população detinha advindo dos empregos gerados pela cotonicultura, uma vez que esta gerou muito emprego na região desde o plantio com o preparo do solo, plantio e colheita até o seu beneficiamento nas usinas, como nos relatou o senhor F. A. C. (advogado):

Emprego nas usinas, pois os trabalhos aumentavam constantemente. Emprego nas casas comerciais. E emprego, principalmente na zona rural, para a plantação, limpeza, colheita do algodão e o transporte para a cidade de Sousa.

Lembrando que a relação entre patrão e empregados se dava pela relação mandar e obedecer. O patrão era o senhor dos negócios e os funcionários trabalhavam sobre suas ordens, já os produtores, não tendo opções, vendiam sua produção pelo preço estabelecido pelos compradores, na sua grande maioria usineiros. O senhor F. C. A. F. (Funcionário público) nos relata que:

Em virtude do regime de propriedade, dos cultivos extensivos, fraco desenvolvimento industrial e defeituosa distribuição de renda existia uma relação entre patrão, funcionários e produtores rurais marcado pela excessiva exploração da força de trabalho, é uma população de agricultores totalmente desprotegida e sem poder de reivindicação e luta pelos seus direitos (F. C. A. F. 2014, 56 anos- Funcionário público)

Um setor comercial que também teve progresso em virtude do desenvolvimento da cotonicultura foi o de alimentos, uma vez que muitos restaurantes próximos as usinas, em épocas de boa safra, lucravam muito, pois as pessoas que vinham descarregar caminhões procuravam lugar para almoçar. Estes restaurantes também eram ponto de encontro, ou seja, pessoas de varias cidades que vinham para Sousa se conheciam e realizam negócios.

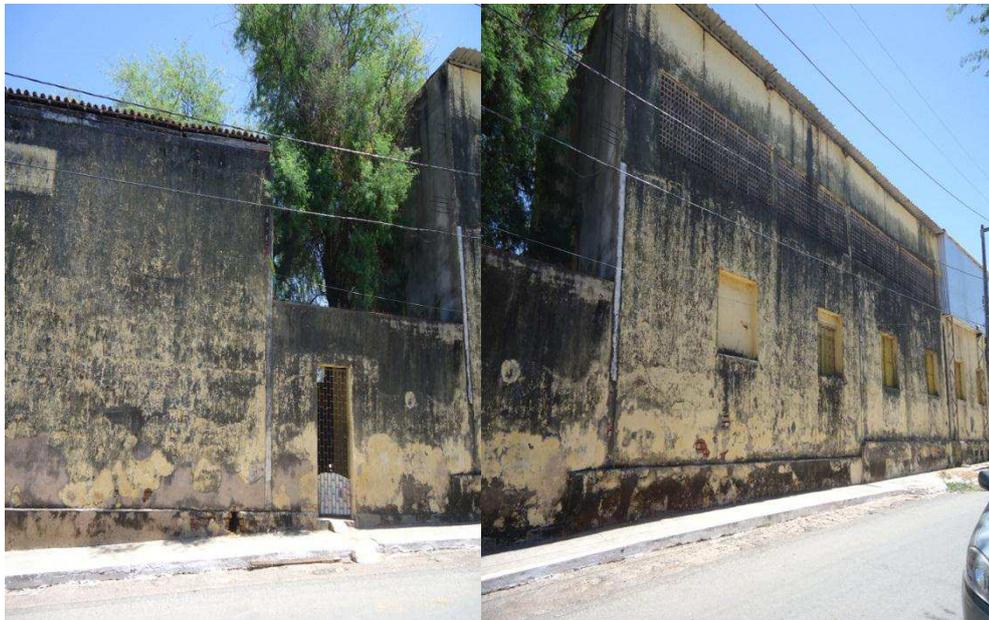
E assim seguia a economia sousense em pleno vapor, até a chegada do bicudo, praga que atacou as plantações de algodão em todo Nordeste. Foi nessa época que a cidade de Sousa conhece o colapso da cotonicultura. Embora na época a economia estivesse avançada, o combate a praga não foi eficiente. Conforme nos relata o senhor F.C.A.F. (Funcionário público federal):

A economia de Sousa, antes pujante, não sobreviveu. Houve uma redução máxima na área plantada, consequentemente uma diminuição drástica na produtividade. A consequência mais visível foi uma mão-de-obra tendo que migrar para outras atividades, o comércio sentindo os efeitos da crise, bancos privados e oficiais diminuindo os seus serviços, e a busca incessante de uma nova vocação para o seguimento de sua economia (F. C. A. F. 2014, 56 anos- Funcionário público).

Portanto, a economia algodoeira sousense não sobrevive a praga do bicudo, a partir daí o que vamos perceber é um comercio fragilizado com pouquíssima movimentação, uma vez

que, o desemprego acontece em diversos setores principalmente nos ligados a cotonicultura. O senhor Salomão Benevides Gadelha, em depoimento, revela que em média dez mil pessoas foram embora de Sousa para os grandes centros como São Paulo, Rio de Janeiro, Brasília, Maranhão e Pará fato este impressionante.

Desde essa época não se planta algodão em solo sousense, todas as usinas de beneficiamento se encontram paradas, ou melhor, apenas uma, pois as demais, os prédios já se encontram com novos estabelecimentos. A única que ainda estar com maquinário é a de Luiz Oliveira no bairro das areias em completo estado de abandono, como podemos observar nas imagens a seguir.



Fonte: Acervo particular.



Fonte: Acervo Particular.



Fonte: Acervo Particular.

Por fim, é necessário destacar a importância da cotonicultura sousense atrelado ao desenvolvimento da cidade. Podemos afirmar pelas informações contidas neste trabalho, que o algodão foi de fundamental importância para o progresso econômico da época. Para constatar essa importância, é só analisarmos a sua extinção com a praga do bicudo. Esse fato desencadeou no setor econômico prejuízos incalculáveis, uma vez que muitas usinas fecharam suas portas, ocasionando elevado número de desemprego na cidade. Dentre as usinas que existiam em Sousa, apenas a retratada nas imagens acima encontra-se em completo estado de abandono, um descaso para o patrimônio histórico sousense. Não atribuir

importância e ela é o mesmo que destruir uma parte da história de maior importância para a história econômica da cidade de Sousa.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Reconhecendo a importância da economia para o desenvolvimento do Brasil, este estudo objetivou analisar a economia algodoeira da cidade de Sousa procurando entender a relação que se estabeleceu entre economia e desenvolvimento desta cidade na segunda metade do século XX.

A história do algodão no Brasil antecede a colonização, pois quando os portugueses chegaram os índios aqui presentes já utilizavam utensílios feitos de algodão.

No início, a cotonicultura não despertou interesse para os colonizadores, estando estes direcionados para a exportação do pau-brasil e posteriormente para o cultivo da cana-de-açúcar. Optaram pelo cultivo da cana-de-açúcar pelo conhecimento que detinham, pois nas Ilhas das Antilhas já se realizavam esse cultivo.

Na cidade de Sousa também não se tem registros de quando chegou o algodão. O que se tem são suposições. Na pesquisa realizada entre os sousenses poucos sabem informar como o algodão chegou à cidade. No entanto, todos reconhecem a importância do cultivo deste para o desenvolvimento da cidade. Sousa só teve a ganhar com o cultivo da cotonicultura, foi uma época de grande desenvolvimento de uma contribuição incalculável para o comércio sousense.

A cidade de Sousa foi a maior produtora da região, tanto produzia como trabalhava com o beneficiamento em suas usinas. A exportação para outras regiões logo foi motivo da necessidade de transportes específicos. Foi assim que os sousenses trataram de reivindicar para Sousa o transporte ferroviário já presente em muitas cidades em desenvolvimento. Sem dúvidas o trem foi muito importante para o transporte da produção algodoeira. No entanto, não era em todo lugar que existia ferrovias, logo o caminhão também teve sua real contribuição para o progresso da cidade.

Sousa cresceu de tal forma que, quando este veio a desaparecer em virtude da praga do bicudo, o comércio sentiu um grande abalo com diminuição de vendas em todos os setores. Portanto, no decorrer deste estudo, fica evidente que a economia algodoeira de Sousa foi a base para o desenvolvimento da cidade.

REFERÊNCIAS

- ARANHA, Gervácio Batista. *Trem e imaginário na Paraíba: Tramas político-econômicas (1880-1925)*. Campina Grande: EDUFCG, 2006. (Coleção Outras Histórias, 2).
- BARROS, José D`Assunção. *O campo da história: especialidades e abordagens*. 5. ed. Petrópolis: Vozes, 2008.
- BRANCO, José Eduardo Holler. *Estimativas da demanda de carga captável pela Estrada de Ferro Norte-Sul*. Piracicaba, 2007.
- CANO, Wilson. *Raízes da concentração industrial em São Paulo*. São Paulo: Hucitec, 1990.
- CASTILHO, Fábio Francisco de Almeida. As estradas de ferro do sul de minas. *Revista de historia econômica & economia aplicada*. v. 7, n. 12, Jan-Jun 2012.
- COELHO, Alexandre Bragança. *A cultura do algodão e a questão da integração entre preços internos e externos*.- São Paulo: FEA/USP, 2002.
- COSTA, Sérgio Rodrigues; BUENO, Miguel Garcia. *A Saga do algodão: das primeiras lavouras à ação na OMC*. Rio de Janeiro: Insight Engenharia, 2004.
- DÁRIO, Rafaela Pereira. *Nos caminhos do progresso, nas veredas da modernização: Representações da cidade de Sousa-PB (1951-1963)*. João Pessoa: UFPB, 2012.
- DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. *História oral— memória, tempo, identidade*. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.
- FERNANDES, Irene Rodrigues; AMORIM, Laura Helena Baracuhy. *Atividades produtivas na Paraíba*. João Pessoa: Ed. Universitária, 1999
- FRAGOSO, João; FLORENTINO, Manolo. História econômica. In: FLAMARION, Cardoso; VAINFAS, Ronaldo Cardoso (Orgs.). *Domínios da história: ensaios de teoria e metodologia*. Rio de Janeiro: Elsevier, 1997.
- FRAGA, Nilson Cesar. *Mudanças e permanências na rede viária do contestado: uma abordagem acerca da formação territorial no sul do Brasil*. Curitiba, [s. l.], 2006.
- FREITAS, Ana Paula Nunes de. *Os tropeiros da Borborema: símbolo fundacional da cidade de Campina Grande-PB (1790-1982)*. Cajazeiras: UFCG, 2013.
- FURTADO, Celso. *Formação econômica do Brasil*. Brasília: Ed. Universidade de Brasília, 1959.
- GADELHA, Julieta Pordeus. *Antes que ninguém conte*. João Pessoa: A união, 1986.
- GUEDES, Kaline Abrantes. *O ouro branco abre caminhos: O algodão e a modernização do espaço urbano da Cidade da Parahyba*. Natal: UFRN, 2006.

IBGE. *Levantamento Sistemático da Produção Agrícola*. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 22 jun. 2014.

KOSTER, Henry. *Viagens ao Brasil. Revista do Instituto Arqueológico Histórico e Geográfico Pernambucano*, Recife, 1930.

KOURI, Joffre; SANTOS, Robério F. dos. *A recuperação da produção do algodão no Brasil*. Disponível em: <<http://www.ecotece.org.br/media/biblioteca/arq11.pdf>>. Acesso em 19/06/2014.

LAMOUNIER, Maria Lúcia. *Ferrovias, agricultura de exportação e mão-de-obra no Brasil no século XIX*. Araraquara: Unesp, 1999.

MELO, Josemir Camilo de. *Ferrovias Inglesas e mobilidade social no Nordeste*. Campina Grande: EDUFCEG, 2007.

O PAÍS de São Saruê. Direção: Vladimir Carvalho. Produção: Vladimir Carvalho e João Ramiro Mello. Região aberta/ NTSC/ áudio 2.0, 1971- *Sertão Paraibano*. Aproximadamente 80 minutos.

OLIVEIRA, Raimundo Pereira. Sinopse estatística do município de Sousa, estado da Paraíba. *Revista Letras do Sertão*. Nº 11, p. 19-20, Sousa, 1954.

PAES, Jurema Mascarenhas. *Tropas e tropeiros na primeira metade do século XIX no alto sertão paraibano*. Salvador: [s. e.], 2001.

PRADO JUNIOR, Caio. *Formação do Brasil contemporâneo*. São Paulo: Brasiliense, 2008.

RIBEIRO JUNIOR, José. A economia algodoeira em Pernambuco: da colônia à Independência. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, 1, 2: 235-242, setembro 1981.

SANTOS, José Alves dos. Sousa. *Revista Banco do Nordeste do Brasil*.

SILVA, Josinaldo Gomes da. *Imagem do moderno em Patos-PB: (1934-1958)*. Campina Grande: UFCG, 2011.

STEFANI, Celia Regina Baider. *O sistema ferroviário paulista: um estudo sobre a evolução do transporte de passageiros sobre trilhos*. São Paulo, 2007.

TAKEYA, Denise Monteiro. *Europa, França e Ceará: origens do capital estrangeiro no Brasil*. Natal: Ed. Universitária, 1995.

TAKEYA, D.M. *Um outro nordeste: o algodão na economia do Rio Grande do Norte (1880-1915)*. Fortaleza: BNB/ETENE, 1985. (BNB/ETENE. Documentos do Nordeste, 4).

WANDERLEY, Helmar Gicelli Formiga. *Cotidiano, cultura e lazer em Pombal: Contradições do Progresso (1927-1959)*. Campina Grande: UFCG, 2009.

SITES:

<<https://www.embrapa.br>>. Acesso em: 19/06/2014.

<<https://www.agricultura.gov.br/vegetal/cultura/algodao>>. Acesso em: 20/06/2014.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE
CENTRO DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES
UNIDADE ACADÊMICA DE CIÊNCIAS SOCIAIS
CURSO DE LICENCIATURA EM HISTÓRIA

QUESTIONÁRIO

O presente questionário visa colher informações para a construção do meu trabalho de conclusão de curso (TCC). O tema abordado é a “Economia algodoeira da cidade de Sousa-PB na segunda metade do século XX”. Garanto o sigilo dos entrevistados.

DADOS DE IDENTIFICAÇÃO:

Nome: _____

Sexo: () M () F

Idade: _____

Grau de Escolaridade: _____

Profissão: _____

QUESTIONÁRIO:

1. Como o algodão chegou a Sousa?

2. Existia usinas de beneficiamento do algodão em Sousa? Quais? Sabe a localização?

3. Na sua opinião, como o algodão contribuiu para o crescimento da cidade? O que não tinha em Sousa e passou a existir a partir da chegada do algodão?

4. Qual a importância do trem para a economia algodoeira?

5. Qual a relação da economia algodoeira com o poder público local? Existia alguma política de incentivo aos produtores, usineiros?

6. Sabemos que a praga do bicudo causou prejuízos inestimáveis à produção algodoeira em todo o Nordeste. Neste sentido, como a economia algodoeira de Sousa sobreviveu a essa crise?

7. Em época de seca, com a diminuição da produção algodoeira, como ficava o comércio sousense?

8. A produção algodoeira sousense gerou emprego na cidade? Justifique.

9. Quais lembranças você tem que melhor define a economia algodoeira de Sousa?

10. Como era a relação entre patrão, funcionários e produtores nas usinas?